

gest - 218

339.72.053(679)

MAN

Duplicado

**Avaliação Crítica do Desempenho das Principais Componentes da Balança de Pagamentos de Moçambique no período 1999 a 2005**

Valter Tito Manjate

Setembro de 2007

Trabalho de Licenciatura  
Curso de Gestão – Faculdade de Economia  
Universidade Eduardo Mondlane

Maputo, Moçambique

339.72.053(679)

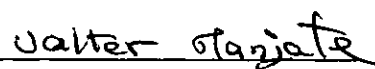
MAN

F. E. M. - ECONOMIA	
R. E.	29 863
DATA	18 02 08
AQUISIÇÃO	oferta
CGTA	

### Declaração de Honra

Declaro por minha honra que este trabalho é da minha autoria e resulta da minha investigação. Esta é a primeira vez que o submeto para obter um grau académico numa instituição educacional.

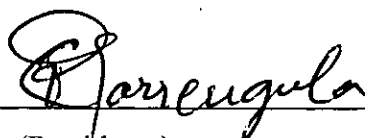
Maputo, de Setembro de 2007



(Valter Tito Manjate)

### Aprovação do Júri

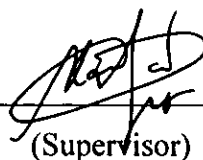
Este trabalho foi aprovado no dia 07 de outubro de 2007 por nós, membros do júri examinador da Universidade Eduardo Mondlane.



(Presidente)



(Arguente)



(Supervisor)

À

Tito Isac Manjate, pai;

Laura Ilda Manhiça, mãe;

Dulce Viriato Siteo, colega da faculdade;

Felicidade Banze, colega da faculdade;

Azélia Mucavele, colega da faculdade;

Que Deus vos abençoe abundantemente!

## Agradecimentos

Pela ajuda directa na realização deste trabalho, a minha profunda gratidão ao meu supervisor, Prof. Doutor Manoela Sylvestre, o meu muito obrigado.

À minha mãe Laura Ilda Manhiça, valeu a pena tanto sofrimento; à mana Dalcieza Berta, Eunice Celeste e Leandro Manjate, a vossa ajuda não tem preço; aos meus avós Berta Macuácuca e Alexandre Manhiça; aos meus amigos de sempre Alexandre Muianga, Nelson Serafim e Arsénio Manjate; aos meus colegas Jorge Fumo, Ângelo Mavié, Heluisa Guimarães, Leocádia Mapilele, Alzira Come, Eneida Muianga, Nilza Langa, Nilsa Khan e Michela Karina e todos os colegas da turma de 2002 sem vós, não teria prevalecido.

À Ministério da Ciência e Tecnologia nas pessoas de Prof. Doutor Eng<sup>o</sup> Venâncio Massingue, Dr.<sup>a</sup> Filomena Zimba, dr. Norton Pinto e dr.<sup>a</sup> Helena Fernandes; e ao Ministério da Educação e Cultura nas pessoas de Dr. Rafique Cassamo, dr.<sup>a</sup> Celeste Onions, dr. Belarmino dos Santos, dr.<sup>a</sup> Clotilde Magunjo, Dr.<sup>a</sup> Nádia Hassane: a palavra obrigado não esgota a minha gratidão. Deram me oportunidade de fazer a Faculdade, agora tenham orgulho do vosso formando!

Finalmente, agradeço ao Senhor Jesus, pela fé e esperança, e aos meus irmãos e pastores da igreja Universal do Reino-de Deus pela ajuda moral e espiritual nos momentos críticos da vida.

“Vivemos num mundo diferente. As velhas respostas já não são válidas. Os métodos antigos de obter respostas têm de ser alterados para reflectir as coisas conforme elas são hoje, e não conforme eram no passado.”

Normalização Contabilística (Ferreira, 1983:xi)

Frederick Finney

## Resumo

A avaliação crítica do desempenho das principais componentes da Balança de Pagamentos de Moçambique no período 1999 a 2005, enquadra-se no âmbito da avaliação dos resultados da adesão do país a iniciativa HIPC (11 anos depois).

Com o presente tema pretende-se mostrar de forma crítica a evolução (indicadores de desempenho das contas externas e endividamento externo) e a tendência do desempenho das principais componentes da BoP (conta corrente, capital e financiamento externo) no período 1999 à 2005.

Para o efeito, utilizou-se a análise qualitativa e quantitativa com recurso a pesquisa bibliográfica, documental, gráficos, tabelas, números absolutos, rácios e médias, tendo como suporte duas hipóteses mutuamente exclusivas (H0 e H1), para fundamentar ou rejeitar as conclusões da pesquisa.

Foi concluído que as principais componentes da BoP de Moçambique no período 1999 à 2005, evoluíram no sentido negativo, conforme o preconizado pela hipótese alternativa (H1), apesar da redução significativa do saldo global da BoP, do bom desempenho do rácio de cobertura das importações pelas exportações e do efeito positivo dos mega-projectos, que contribuíram para a melhoria do déficit global da Balança de Pagamentos.

Face ao acima exposto, urge avaliar os desafios futuros para a Balança de Pagamentos de Moçambique, relativamente à postura do país quanto: às cheias, a instabilidade do financiamento externo, a exportação dos produtos primários, a agro-industrialização, os subsídios de apoio à exportação e a mão-de-obra intensiva.

## ÍNDICE

Agradecimentos .....	iv
Resumo .....	vi
Lista de tabelas.....	ix
Lista de gráficos.....	ix
Anexos .....	ix
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	xi
1. Introdução .....	- 12 -
1.1. Definição do Problema .....	- 2 -
1.2. Objectivos do Trabalho.....	- 2 -
1.2.1. Geral.....	- 2 -
1.2.2. Específicos .....	- 2 -
1.3. Delimitação Espaço-Temporal da Pesquisa.....	- 3 -
1.4. Hipóteses da Pesquisa.....	- 4 -
1.5. Relevância.....	- 5 -
1.6. Metodologia .....	- 5 -
1.7. Estrutura do Trabalho .....	- 5 -
2. Enquadramento Teórico.....	- 6 -
2.1. Conceitos da Balança de Pagamentos.....	- 6 -
2.2. Estruturas de Apresentação da Balança de Pagamentos .....	- 7 -
2.3. Componentes da Balança de Pagamentos, Equilíbrio e Sua Contabilização.....	- 8 -
2.3.1. Balança de Transacções Correntes.....	- 8 -
2.3.2. Balança de Capitais.....	- 9 -
2.3.3. Equilíbrio e o déficite da BoP.....	- 9 -
2.3.4. Regra básica de contabilização .....	- 10 -
2.3.5. Financiamento externo.....	- 11 -
2.4. Factores Relevantes na Avaliação do Desempenho da Balança de Pagamentos.....	- 14 -
3. Avaliação Crítica do Desempenho das Principais Componentes da Balança de Pagamentos de Moçambique no período 1999 a 2005 .....	- 15 -
3.1. Caracterização e Compilação da Balança de Pagamentos de Moçambique.....	- 16 -

3.2. Tendência das Contas Corrente, Capital e Financiamento externo .....	- 18 -
3.2.1. Conta Corrente .....	- 18 -
3.2.2. Conta Capital .....	- 24 -
3.2.3. Financiamento Externo .....	- 26 -
3.3. Evolução das Principais Componentes das Contas interna e externas e endividamento externo.....	- 30 -
3.3.1. Indicadores de desempenho das contas internas e externas.....	- 30 -
3.3.2. Indicadores de desempenho do financiamento externo .....	- 33 -
3.4. Avaliação do Saldo da Balança de Pagamentos .....	- 37 -
4. Conclusão e Recomendações .....	- 39 -
Anexos.....	-42 -
Referências Bibliográficas .....	- 58 -
Glossário.....	- 60-



## Lista de tabelas

<b>Tabela 3.1</b> – Proporção dos mega-projectos nas exportações do país (1999-2005).....	20
<b>Tabela 3.2</b> – Peso dos principais produtos de exportação do país (1999-2005).....	21
<b>Tabela 3.3</b> – Peso dos mega-projectos nas importações de bens do período (1999-2005).....	22
<b>Tabela 3.4</b> – Peso dos principais produtos de importação do país (1999-2005).....	23
<b>Tabela 3.5</b> – Peso dos tipos da dívida externa (1999-2005).....	27
<b>Tabela 3.6</b> – Indicadores de desempenho das contas interna e externa do país.....	32
<b>Tabela 3.7</b> – Indicadores de desempenho do endividamento externo.....	35

## Lista de gráficos

<b>Gráfico I</b> – Saldo da Conta Corrente.....	18
<b>Gráfico II</b> – Saldo da Conta Capital.....	25
<b>Gráfico III</b> - Comportamento do financiamento externo (1999-2005).....	26
<b>Gráfico IV</b> – Evolução do serviço da dívida do país (1999-2005).....	30
<b>Gráfico V</b> – Evolução do saldo global da BoP (1999-2005).....	37

## Anexos

<b>Anexo 1</b> – Balança de Pagamento de Moçambique (1999-2005).....	43
<b>Anexo 2</b> – Evolução das exportações dos bens do país (1999-2005).....	48

<b>Anexo 3 – Peso das exportações do país com e sem os mega-projectos (1994-2003).....</b>	<b>50</b>
<b>Anexo 4 – Evolução das importações de bens (1999-2005).....</b>	<b>51</b>
<b>Anexo 5 – Peso da conta capital com e sem os mega-projectos (1994-2003).....</b>	<b>53</b>
<b>Anexo 6 – Comportamento das transferências correntes.....</b>	<b>53</b>
<b>Anexo 7 – Comportamento do financiamento externo (1999-2005).....</b>	<b>54</b>
<b>Anexo 8 – Evolução dos tipos da dívida externa de Moçambique (1999-2005).....</b>	<b>55</b>
<b>Anexo 9 – Evolução do serviço da dívida do país (1999-2005).....</b>	<b>56</b>
<b>Anexo 10 – Peso das importações com e sem os mega projectos (1994-2003).....</b>	<b>57</b>

## Lista de Abreviaturas e Siglas

BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BM	Banco de Moçambique
BoP	Balança de Pagamentos
CDI	Centro de Documentação e Informação
DDP	Departamento da Dívida pública
DEE	Departamento de Estudos Económicos e Estatísticos
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOB	Free On Board
HIPC	High Indebted Poor Countries
IDA	International Development Association
INE	Instituto Nacional de Estatística
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
MT	Meticais da antiga família
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM	Official Development Assistance
OE	Orçamento do Estado
OPEC	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PIB	Produto interno Bruto
PARPA	Plano de acção para a redução da pobreza absoluta
SADC	Comunidade para o desenvolvimento da África Austral
WB	World Bank

## 1. Introdução

A situação económica e financeira de Moçambique após a queda do regime colonial e consequente independência nacional não era satisfatória e capaz de financiar as despesas de investimento interno para impulsionar o rápido desenvolvimento económico e social que se pretendia. A insuficiência de fundos e a agravante da destruição de infra-estruturas e sabotagens paralisaram quase a maioria dos sectores de actividade económica (a agricultura, a indústria, e transportes e comunicações, entre outros).

Os sectores prioritários, como agricultura e indústria tiveram a sua produtividade significativamente reduzida afectando as exportações. Esta tendência não foi acompanhada pela redução de importações uma vez que o país necessitava de importar meios de produção e matéria-prima para produzir, levando ao agravamento do nível deficitário de cobertura das importações pelas exportações.

A necessidade de financiar os programas de recuperação económica exigiu que o país recorresse ao financiamento externo a taxas de juro elevadas e com período de amortização muito reduzido, muitas vezes sem período de diferimento por um lado. Por outro lado, não obstante terem sido concedidos sucessivos reescalamentos em condições concessionais, a capitalização de juros neste processo constituiu outro factor importante que contribuiu para o aumento da dependência externa de Moçambique.

Assim, o peso do financiamento externo tem constituído um dos maiores entraves para o desenvolvimento económico e social do país, chegando a absorver 25% das receitas totais do Estado, incluindo as exportações de bens, tendo como consequência o agravamento do déficit da Balança de Pagamentos de Moçambique no período 1999 a 2005<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Experiência do Departamento de Estrangeiro no tratamento da dívida externa de Moçambique.

## **1.1. Definição do Problema**

Com o presente trabalho pretende-se avaliar de forma crítica, o desempenho das principais componentes da Balança de Pagamentos de Moçambique (BoP) no período 1999 à 2005 respondendo as questões:

- Em que direcção e magnitudes evoluíram as principais componentes das contas externas (indicadores de desempenho das contas externas e endividamento externo) de Moçambique?
- Qual foi a tendência das contas corrente, capital e financiamento externo de Moçambique?
- Face aos resultados da pesquisa, quais são os desafios que se impõem a Balança de Pagamentos de Moçambique?

## **1.2. Objectivos do Trabalho**

A pesquisa procura alcançar o objectivo geral a partir dos objectivos específicos, como se segue:

### **1.2.1. Geral**

- Avaliar de forma crítica a evolução (indicadores de desempenho das contas externas e endividamento externo) e a tendência do desempenho das principais componentes da Balança de Pagamentos de Moçambique (contas corrente, capital e financiamento externo) no período 1999 a 2005.

### **1.2.2. Específicos**

- Analisar a direcção e magnitudes das tendências das contas corrente, conta capital e financiamento externo de Moçambique;

- Verificar os indicadores de desempenho (rácios financeiros e da dívida) das principais componentes das contas internas, externas e endividamento externo de Moçambique.
- Aferir alguns desafios que se impõem a capacidade produtiva do país face ao desempenho das principais componentes das contas externas de Moçambique.

### **1.3. Delimitação Espaço-Temporal da Pesquisa**

Esta pesquisa diz respeito à avaliação crítica do desempenho das principais componentes da Balança de Pagamentos de Moçambique (conta corrente, conta capital e financiamento externo) no período 1999 a 2005. Contudo:

- Os dados relativos aos serviços da dívida interna e externa, a situação do défice global antes e depois dos donativos recebidos, dizem respeito a colheita disponível nos Relatórios e site do Banco de Moçambique no período 1999 à 2005;
- Os dados de importações e exportações de Moçambique com, e sem os mega-projectos foram também colhidos dos Relatórios disponíveis no Banco de Moçambique, com adaptação dos dados dos anos de 1999 e 2000.
- O financiamento externo, normalmente inclui os donativos e serviço da dívida externa, mas para efeitos de simplificação de análise deu-se mais ênfase ao serviço da dívida externa de Moçambique no período 1999 à 2005 por um lado. Por outro lado, deu-se menos ênfase a conta capital, em detrimento das contas corrente e financiamento externo, pelo facto dela ter sido superavitária durante o período 1999 a 2005.
- Os dados relativos aos indicadores das contas internas e externas aparecem em mil de meticais da antiga família e foram colhidos do site do Instituto Nacional de Estatística, enquanto que os dados relativos ao endividamento externo do site do Banco de Moçambique em milhões de dólares. Para efeitos de simplificação de análise mantiveram-se os dados originais.

Escolheu-se analisar o período 1999 à 2005, pelas seguintes razões:

- Início em 1999 das importações dos mega-projectos em Moçambique (caso concreto da Mozal) que afectaram o desempenho da Balança de Pagamentos do país;

- Verifica-se a maior abertura para o financiamento externo do país, com a utilização de créditos e financiamentos de FMI e financiamentos excepcionais comparativamente a períodos anteriores segundo a Agenda Estatística 2007 do INE (2006:8);
- É neste período onde se verificam as cheias devastadoras no país (ano 2000) nas regiões centro e sul, e (2001) nas regiões norte e centro, a implementação do PARPA I (2001-2005), o reforço da iniciativa HIPC e o cancelamento imediato da dívida externa de 18 países conforme a Agenda Estatística 2007 do INE (2006:8);
- Período da implementação do 2º Plano Quinquenal do Governo (2000-2004), onde consta a visão do Governo de desenvolver o país a partir do distrito, utilizando fortemente recursos externos.

#### **1.4. Hipóteses da Pesquisa**

Constituem hipóteses do presente trabalho:

**Hipótese Nula (H0):** No período 1999 à 2005 as principais componentes da Balança de Pagamentos de Moçambique evoluíram no sentido positivo (comportamento positivo), porque o déficit da BoP reduziu significativamente com a drenagem de fundos de vários parceiros internacionais com o fim de mitigar os desastres naturais que assolaram o país.

**Hipótese Alternativa (H1):** No período 1999 a 2005 as componentes da Balança de Pagamentos de Moçambique tiveram um comportamento negativo (evolução no sentido negativo), porque o país manteve-se com a fraca capacidade produtiva e instabilidade no financiamento externo, apesar da ocorrência da maior abertura ao endividamento externo.

As duas hipóteses acima indicadas (H0 e H1) servirão de guia para obtenção de fundamentos na conclusão da pesquisa relativa a evolução e tendência das principais componentes da Balança de Pagamentos de Moçambique no período 1999 à 2005 respectivamente, devendo-se confirmar ou rejeitar as hipóteses nula ou alternativa, conforme os resultados do trabalho.

## **1.5. Relevância**

Para a economia de Moçambique em particular, a avaliação crítica do desempenho das principais componentes da Balança de Pagamentos (conta corrente, conta capital e o financiamento externo) é relevante porque:

- Permite aferir o desempenho económico do país em relação ao resto do mundo;
- Permite que o Governo conheça a posição internacional do país, de modo a auxiliá-lo na sua formulação de políticas monetária, fiscal e de comércio;
- Permite que bancos, empresas e indivíduos obtenham informações indispensáveis ao comércio e finanças internacionais;
- Permite que os parceiros internacionais afirmem o grau das necessidades financeiras do país.

## **1.6. Metodologia**

Na metodologia, optou-se pela análise qualitativa e quantitativa, com recurso:

- Pesquisa bibliográfica (revisão da literatura);
- Pesquisa documental (publicações de Relatórios, Anuários e Artigos do Instituto Nacional de Estatística e Banco de Moçambique);
- Uso de medida de tendência central, tabelas e gráficos de linha;
- Utilização dos indicadores absolutos, relativos e rácios da dívida externa de Moçambique.

## **1.7. Estrutura do Trabalho**

Relativamente a estrutura, o presente trabalho tem quatro capítulos:

- No capítulo 1, tem-se a introdução, onde se define o problema objecto de pesquisa, os objectivos (geral e específicos), as hipóteses, a delimitação do espaço-temporal, a relevância do tema e a metodologia utilizada no trabalho.
- A apresentação do capítulo 2 começa com o enquadramento teórico da Balança de Pagamentos, mostrando os conceitos, estruturas de apresentação, componentes, equilíbrio



e sua contabilização e os factores relevantes na avaliação de desempenho da Balança de Pagamentos no geral. Este capítulo fornece a fundamentação teórica do objecto de estudo, criando as condições para se entender a avaliação do desempenho das principais componentes da Balança de Pagamentos propriamente dita.

- A avaliação crítica de desempenho das principais componentes da Balança de Pagamentos de Moçambique, faz-se no capítulo 3, mediante: a caracterização e compilação da BoP do país, a evolução dos indicadores de desempenho das contas internas e externas e endividamento externo e a análise da tendência mediante o comportamento das contas corrente, capital e financiamento externo de Moçambique no período 1999 à 2005. Esta avaliação fornece as bases para sustentar as hipóteses da pesquisa previamente estabelecidas.
- No capítulo 4 apresenta-se a conclusão seguida de recomendações em forma de desafios relativamente às constatações encontradas na avaliação do desempenho realizada.
- No fim do trabalho apresentam-se as referências bibliográficas relativamente, as publicações e material consultado durante a pesquisa do tema, seguida de anexos com o glossário explicando os diversos termos empregues e que complementam a pesquisa.

## **2. Enquadramento Teórico**

Abaixo se indicam os fundamentos teóricos sobre a Balança de Pagamentos, que servirão de ponto de partida na avaliação crítica do desempenho das principais componentes da BoP (no caso específico de Moçambique) como se seguem:

### **2.1. Conceitos da Balança de Pagamentos**

Obtiveram-se as seguintes definições genéricas da BoP:

- “Balança de Pagamentos é uma apresentação sumária na qual em princípio encontram-se registadas todas as transacções dos indivíduos de uma nação com os de todas as outras nações para um determinado período de tempo, geralmente um ano civil”. Salvatore (2000:233);

- “Balança de pagamentos é definida como um documento contabilístico onde são registados, por forma sistemática, os fluxos de activos reais, financeiros e monetários, realizadas durante um certo período, entre os residentes e não residentes de um país”. Medeiros (1994:53)

## 2.2. Estruturas de Apresentação da Balança de Pagamentos

Relativamente as estruturas, Medeiros (1994:54-61), considera a existência de quatro estruturas de apresentação da BoP: estrutura de recursos naturais, horizontal, FMI e padrão da OCDE.

Estas estruturas apresentam as seguintes características:

- **A estrutura dos Recursos Naturais** procura obter a mensurabilidade da actividade económica do país através da posição credora face ao estrangeiro, estando subdividida em duas grandes componentes: Balança de operações correntes (balança de mercadorias, balança de serviços, balança de rendimentos e donativos correntes) e Balança de capitais (colocação de capitais a médio e longo prazo e ouro monetário).
- **A estrutura Horizontal** encontra-se subdividida em quatro partes: Balança Básica, Balança de Capitais a longo prazo, Balança de Operações não monetárias (engloba todas as subdivisões anteriores e acrescenta a rubrica de Erros e Omissões) e a BoP de oficiais (que engloba todas as anteriores contas, incluindo os movimentos de capitais de curto prazo).
- **A estrutura do FMI** apresenta duas partes relevantes: Balança de Bens e Serviços (mercadorias, ouro não monetário, transportes, viagens, rendimento de investimento, transacções governamentais e outros serviços) e de Transferências (privadas e governamentais) e a Balança de Capitais ou Ouro Monetário (capitais e ouro monetário).
- **A estrutura da OCDE** considera três partes principais: Balança Comercial (exportações e importações), Balança de Transacções Correntes e a Balança Base. Este tipo de estrutura tem em vista averiguar como são realizados os equilíbrios fundamentais da economia nacional, bem como inspirar uma política económica para os Governantes.

## **2.3. Componentes da Balança de Pagamentos, Equilíbrio e Sua Contabilização**

Em termos gerais a Balança de Pagamentos apresenta duas principais contas: a Conta Corrente ou Balança de Transacções Correntes e a Conta de Capitais ou Balança de Capitais:

### **2.3.1. Balança de Transacções Correntes**

Esta conta regista o comércio de bens e serviços, assim como as transferências. Os bens incluem o valor das exportações e importações a preço FOB. Os serviços incluem os custos de transportes, viagens, comunicações, construções, seguros, os pagamentos de licenças de utilização de patentes e pagamentos de juros e outros.

A Conta Corrente inclui também o rendimento líquido de investimento, o juro e lucros obtidos pelos activos no estrangeiro menos o rendimento que os estrangeiros obtêm através de activos que possuem no país. As transferências incluem ainda as remessas de emigrantes, os donativos para o sector público de apoio a importação, donativos em espécie, programas especiais, transferência correntes privadas e outras).

Esta conta é *excedentária* se as exportações forem superiores as importações mais as transferências liquidas para o exterior, isto é, se as receitas obtidas através do comércio de bens e serviços e das transferências excederem os pagamentos efectuados sobre essa balança, e *deficitária* no caso contrário.

Assim a conta corrente tem também o mérito de evidenciar as evoluções estáveis (o que não significa uma perspectiva de médio e longo prazo) da economia, permitindo avaliar a situação imediata e real do país, segundo Medeiros (1994:63).

### **2.3.2. Balança de Capitais**

Nesta conta registam-se as compras e vendas de activos tais como acções, obrigações e propriedades. Assim, todas as transacções de activos feitas pelos Bancos Centrais são também incluídas nesta conta.

Existe um excedente na Balança de Capitais também designada entradas líquidas de capitais, quando as receitas obtidas pela venda de acções, obrigações, propriedades, depósitos bancários e outros activos excedem os pagamentos efectuados pela compra de activos externos e déficit no caso contrário.

### **2.3.3. Equilíbrio e o déficit da BoP**

Os indivíduos e as empresas têm de pagar por aquilo que compram no estrangeiro. Se uma pessoa gastar mais do que o seu rendimento precisa de financiar o seu déficit através da venda de activos ou de empréstimos. Da mesma forma se um país regista um déficit na sua conta corrente, gastando mais no estrangeiro do que aquilo que recebe pelas vendas do resto do mundo necessitará de financiar o seu déficit através da venda de activos ou de empréstimos externos. Esta venda ou este pedido de empréstimos significará que o país está a registar um excedente na Conta de Capitais. Assim, todos os déficits da Conta Corrente têm necessariamente que ser financiados por uma entrada compensatória de capital, significando que, qualquer déficit em Conta Corrente deve ter a contrapartida de um superávit na Conta de Capital de igual valor, e qualquer superávit da Conta Corrente deve ter a contrapartida de um déficit na Conta de Capital.

Déficit da balança de transacções correntes + entradas líquidas de capitais = 0

Ou Conta Corrente + Conta Capital = 0

Estas duas identidades chamam-se "**Identidade fundamental da Balança de Pagamentos**", e surgem como reflexo de origens e aplicações de fundos da BoP na seguinte base:

- Krugman (2001:324) explica que qualquer transacção internacional faz surgir duas entradas que se compensam na Balança de Pagamentos, o que leva com que o saldo da conta corrente e conta capital automaticamente somam zero;
- O mesmo autor justifica na página 336 a identidade com base na relação entre a Conta Corrente e os empréstimos internacionais, porque como a Conta Corrente é a variação dos activos externos líquidos de um país, sendo necessariamente igual a diferença entre as compras de activos estrangeiros e suas vendas de activos aos estrangeiros, ou seja, o saldo da Conta de Capital antecedido por um sinal menos.

Por conseguinte, um déficite da Conta Corrente pode ser financiado por residentes privados através da venda de activos ou pedido de empréstimo externo. Alternativamente ou em conjunto um déficite da Conta Corrente pode ser financiado pelo Estado, que diminua as suas reservas em moeda estrangeira (reservas oficiais do país) vendendo no mercado cambial internacional. Inversamente quando existe um excedente, o sector privado pode utilizar as receitas cambiais que obtêm para pagar as suas dívidas ou comprar activos no estrangeiro; alternativamente o Banco Central pode comprar moeda estrangeira (liquida) obtida pelo sector privado e adicionar essa moeda as suas reservas.

Assim, se tanto a Conta Corrente como a Conta de Capitais privados se encontram deficitárias, a BoP estará deficitária ou seja o Banco Central estará a perder reservas internacionais oficiais ou recebendo empréstimos dos Bancos Centrais estrangeiros. Caso contrário, haverá um superávit.

#### **2.3.4. Regra básica de contabilização**

Segundo Dornbusch et al, (1998:550) a regra básica para a contabilização da Balança de Pagamentos é considerar que qualquer transacção que dê origem a um pagamento efectuado pelos residentes do país constitui um item de déficite na Balança de Pagamentos desse país por um lado. Por outro lado cada transacção internacional é registada duas vezes, uma vez como crédito e outra como débito de montante idêntico.

Salvatore (2000:234) explica que as transacções internacionais são classificadas em transacções de débito e de crédito. As transacções de crédito são aquelas que envolvem o recebimento de pagamento de estrangeiros. Enquanto que as transacções de débito são aquelas que envolvem pagamentos a estrangeiros. Assim no registo da Balança de Pagamentos da nação as transacções de crédito recebem o sinal positivo e as transacções de débito, sinal negativo.

A utilização do princípio de partidas dobradas na contabilização das operações da BoP é pois justificada pelo facto de que cada transacção internacional possui dois lados (entradas e saídas).

### **2.3.5. Financiamento externo**

Financiamento externo refere-se as possíveis alternativas que os Governos têm de obter fundos do estrangeiro para financiar o défict global do país, neste caso da BoP. No presente trabalho como já foi referido dar-se-á ênfase a Dívida externa.

Buscou-se os seguintes conceitos genéricos da dívida externa e de donativos:

Medeiros (1994:188) define dívida externa bruta como o montante dos compromissos contratuais existentes que dão lugar ao pagamento por parte dos residentes de um país e não residentes, comportando a obrigação de reembolso principal, com ou sem pagamento de juros, ou com pagamento de juros, com ou sem reembolso do principal.

Mankiw (1996:333), define a dívida externa na óptica da dívida pública, como sendo o somatório dos empréstimos do estrangeiro acumulados no passado. E considera que todos os países têm alguma dívida, embora varie substancialmente de país para país.

António Serra (1998:5) define o donativo "*grant*" como a transferência corrente de capital, bens ou serviços para um país estrangeiro que não é acompanhada por uma obrigação corrente ou futura de efectuar uma transferência de igual valor do país receptor para o doador.

### 2.3.5.1. Os Factores Geradores dos Problemas da Dívida externa

De acordo com António Serra (1998:3) os importantes factores da problemática da dívida externa dos países são:

- Factores exógenos, nomeadamente um comportamento adverso dos termos de troca e, nalguns casos, más condições climatéricas;
- Falta de políticas sustentadas de ajustamento à situação criada, nomeadamente pelos “*choques de oferta*” acima referidos;
- As políticas de financiamento e de refinanciamento prosseguidas pelos credores, nomeadamente quanto ao financiamento em condições de mercado (sem elemento concessional) durante os anos 70 e 80;
- A falta de uma política prudente de gestão da dívida externa por parte dos países devedores;
- Falta de cuidado na gestão da composição da dívida, factores políticos, tais como: a guerra civil ou grande instabilidade política e social.

### 2.3.5.2. Tipos e Classificação da dívida externa

De acordo com o Departamento de Estudos Económicos e Estatísticos do Banco de Moçambique, existem 3 critérios para classificação da dívida externa:

Na óptica de mutuário ou beneficiário a dívida pode ser:

- **Dívida pública** resulta de empréstimos contraídos pelo governo, para aplicação em projectos sob controlo do Governo Central, local, de entidades autónomas ou de Empresas Públicas.
- **Dívida privada** resulta de créditos contraídos directamente pelas entidades do sector privado, sem envolvimento de garantia do Governo, constituindo uma obrigação privada.

Na óptica do credor:

- **Dívida bilateral** resulta de empréstimos contraídos junto de Governos ou suas agências ou ainda outras entidades públicas autónomas. Neste grupo incluem-se também as dívidas bancárias assegurada pela instituição governamental. Neste tipo de Dívida, os

fundos saem da responsabilidade de um governo para financiar outro país, como por exemplo, os financiamentos do Governo da França para o Governo de Moçambique, ou seja, as relações são de Governo para Governo. Neste tipo de dívida, vezes há em que um determinado Governo financia um organismo/empresa pública o que significa existência de um trespasse da dívida do Governo para a empresa.

- **Dívida multilateral** resulta de empréstimos ou créditos contraídos junto de organizações internacionais. Este tipo de dívida é financiado pelas instituições multilaterais tais como FMI, WB, BAD, OPEC, entre outras.
- **Dívida Comercial** é aquela cujo financiamento ocorre entre bancos e entre empresas. Esta dívida pode ser garantida pelo Governo ou pode não haver garantia (risco próprio).

Quanto a Amortização, os pagamentos anuais e os juros podem ser pagos através de dois meios:

- Transferências líquidas obtidas ou exportações;
- Novos empréstimos que se destinam ao pagamento de juros que o país devedor não conseguiu obter representam uma variante técnica de reescalonamento da dívida.

### 2.3.5.3. Técnicas de Redução da Dívida externa

De acordo com Medeiros (1994:207-211) existem as seguintes técnicas para a redução da dívida externa:

- **Reescalonamento** que consiste no reconhecimento da falta de liquidez por parte do país devedor, conseqüentemente, o reordenamento temporal do capital em dívida e do serviço da dívida.
- **Conversão das dívidas** que consiste em os devedores recomprarem as suas dívidas mediante desconto, ou sem convertê-lo em qualquer outro tipo de activo. Isto permite obter vantagens dos descontos sobre o capital em dívida nos mercados secundários.

Há a destacar outras técnicas apresentadas pela comunidade internacional na proposta do Acordo de Toronto (Junho de 1988), tais como:



- **Anulação pura e simples**, de um terço dos empréstimos públicos, devendo o restante ser reescalado por um período de 14 anos, e com um prazo de diferimento de 8 anos;
- **Prolongamento do prazo de pagamento**, que em vez de ser de 14 anos passaria a 25 anos, com um período de 14 anos (ainda que com capitalizações de juros);
- **Redução da taxa de juro** em vigor sobre os créditos públicos, para passar a metade da taxa inicial contratual.

## **2.4. Factores Relevantes na Avaliação do Desempenho da Balança de Pagamentos**

Krugman (2001:328) sugere as seguintes possíveis discrepâncias estatísticas da BoP que resultam de:

- A informação sobre os itens de débito e crédito associados a uma dada transacção pode ser obtida de fontes diferentes. Como os dados de fontes diferentes podem diferir em cobertura, precisão e data, as Contas da Balança de Pagamentos, raramente se equilibram na prática como o fazem na teoria. Os contadores forçam para que os dois lados se equilibrem adicionando às contas, uma discrepância estatística.
- Não se tem como saber alocar essa discrepância entre as Contas Correntes e de Capital. A Conta de Capital é a principal culpada, uma vez que a dificuldade de ter a informação sobre as transacções financeiras entre residentes de países diferentes é notoriamente complicada;
- Os contadores da Balança de Pagamentos consideram os dados referentes ao comércio de mercadorias relativamente confiáveis, mas os dados de serviços não o são. Este tipo de transacções (serviços), como venda de assessoria financeira e assistência a programação de computadores, podem ter sua detecção perdida;
- A quantificação precisa dos juros e remessa de dividendos internacionais é também difícil.

Para além das discrepâncias estatísticas da BoP, Salvatore (2000:240) sugere os seguintes factores relevantes para avaliação de desempenho da BoP:

- **Atenção excessiva ao balanço de bens e a dados do curto prazo.** Isto acontece quando os dados do balanço comercial trimestral relativo a mercadorias são os primeiros a se tornarem disponíveis. É também perigoso extrapolar para o ano os dados trimestrais. Mesmo que a noção de um balanço comercial positivo seja favorável, ela é traiçoeira, porque um balanço comercial positivo significa que a nação possui menor quantidade de mercadorias para consumir domesticamente;
- **É importante ter em mente também que as transacções internacionais são intimamente inter-relacionadas e não independentes;**
- Uma tentativa de reduzir o déficite comercial de um país (país de origem), com relação a uma outra nação de igual potencial (segundo país), tende a reduzir o excedente do país de origem no que diz respeito ao terceiro país, porque o terceiro país paga as mercadorias do país de origem, em parte, com a exportação de recursos naturais do segundo país.

### **3. Avaliação Crítica do Desempenho das Principais Componentes da Balança de Pagamentos de Moçambique no período 1999 a 2005**

Segue-se o estudo concreto através da caracterização, mecanismos de articulação e avaliação de desempenho dos indicadores da Balança de Pagamentos de Moçambique no período 1999 a 2005:

### 3.1. Caracterização e Compilação da Balança de Pagamentos de Moçambique

Moçambique adopta a estrutura de FMI para classificação e compilação das estatísticas da BoP, pelo facto desta apresentar as rubricas mais importantes das transacções do país com o exterior, e devido as fortes relações económicas do país com as instituições de Bretton Woods. Contudo de acordo com o Boletim Anual da BoP do Banco de Moçambique (2005:8), existem algumas limitações nesta estrutura (FMI) relativamente à:

- Na conta de bens não se realizam estimativas da sobrevalorização das exportações;
- A cobertura de alguns serviços é limitada, particularmente, de turismo, de investimento de carteira, embaixadas e organizações internacionais;
- A conta financeira não cobre as participações no exterior.

As limitações indicadas exigem revisões correntes<sup>2</sup> (que ocorrem 50 dias depois do fim do trimestre), pelas seguintes razões:

- Substituição de dados estimados de inquéritos e de outras fontes, quando os dados definitivos são disponibilizados;
- Substituição de dados provisórios disponibilizados pelas empresas, Ministério das Finanças (ex. donativos, desembolsos e reembolsos de empréstimos), Instituto Nacional de Estatística (ex. exportações e importações de mercadorias);
- Incorporação (por substituição) de dados provenientes de fontes com maior abrangência e qualidade (exportação e importação dos grandes projectos);
- Alterações na apresentação das estatísticas;
- Erros de computação e na base de dados.

---

<sup>2</sup> São revisões que afectam as estatísticas trimestrais recentes.

No que concerne a articulação com as entidades envolvidas na compilação dos dados da BoP, de acordo com o Relatório Anual da BoP do Banco de Moçambique (2006:4-5) verifica-se que:

- Foram introduzidos diversos inquéritos para recolha específica de informação sobre a BoP aos hotéis, empresas de transportes, aos grandes projectos, empresas de comunicações, e empresas de IDE;
- Outros Departamentos do Banco de Moçambique, tais como de Operação e Tesouraria, de Estrangeiro, de Administração e Finanças e de Estudos Económicos e Estatística, reportam igualmente informação para a BOP.
- Foi assinado o protocolo de cooperação estatística entre o Instituto Nacional de Estatística e o Banco de Moçambique que delega ao Banco de Moçambique a responsabilidade de centralização da compilação da Balança de Pagamentos como elemento integrador do cálculo das contas nacionais da competência do Instituto Nacional de Estatística. Com este protocolo o Banco de Moçambique pode exigir a qualquer entidade pública ou privada, que lhe sejam fornecidas directamente as informações necessárias para a compilação da Balança de Pagamentos.

Assim o Banco de Moçambique, obtém a informação necessária para compilação da BoP de entidades públicas e do sector privado como abaixo se indica:

- Instituto Nacionalidade Estatística (INE) – Mapas resumo de importações e exportações produzidos pela Direcção Geral das Alfândegas;
- Bancos Comerciais – transacções com o exterior do banco e de clientes;
- Ministério das Finanças (Departamento de dívida pública) – Dívida pública externa multilateral excepto empréstimos do FMI e incluindo o fundo de KUWAIT;
- Próprio Banco de Moçambique (Departamento de Estrangeiro) – dívida bilateral excepto fundo do KUWAIT, dívida comercial e empréstimo do FMI.

## 3.2. Tendência das Contas Corrente, Capital e Financiamento externo

Nesta parte pretende-se analisar o comportamento das contas corrente e financiamento externo de Moçambique no período 1999 a 2005, mas dada a forte correlação que se estabelece entre as principais componentes da BoP, será mencionada a conta capital.

### 3.2.1. Conta Corrente

Durante o período 1999 a 2005, a conta corrente foi deficitária, conforme ilustra o Gráfico I.

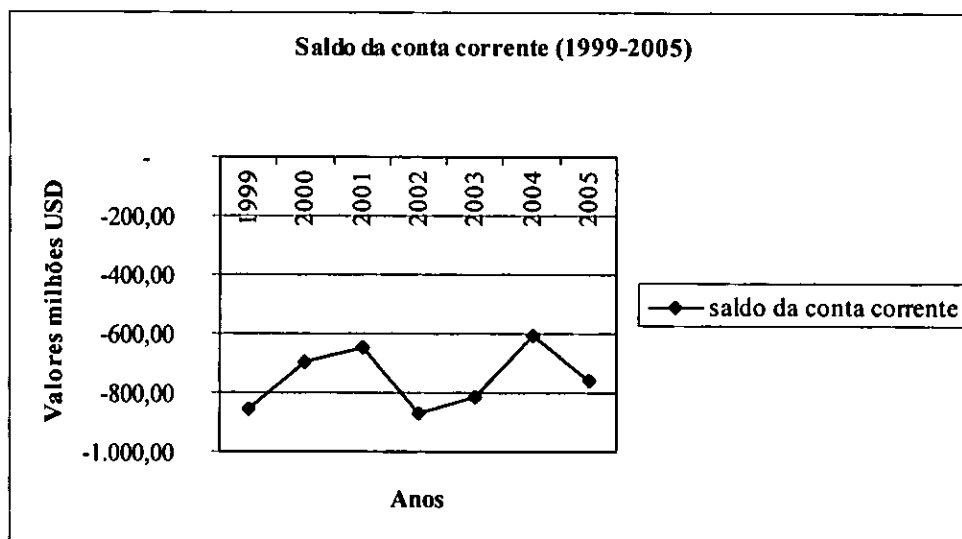


Gráfico I: Saldo da Conta corrente (1999-2005)

Fonte: Gráfico feito pelo autor com base em dados do anexo 1 (BM/DEE)

Relativamente ao desempenho da Conta Corrente no período 1999 a 2005, pode-se tirar as seguintes ilações:

- A Conta Corrente foi deficitária, apresentando piores saldos nos anos de 1999 com USD 859,56 milhões (aumento de 10% do déficit relativamente ao ano de 1998) e 2002 com USD 869,15 milhões (agravamento em 34% do déficit relativamente ao ano 2001) respectivamente. O déficit verificado no ano de 2002 resultou da baixa contribuição das

rubricas de bens e rendimentos com saldos negativos de USD 666,64 milhões (agravamento em 153% do déficit de 2002 em relação a 2001) e USD 603,18 milhões (agravamento em 167% do déficit em 2002), apesar de saldo positivo das transferências correntes de USD 1.015,70 milhões (melhoria em 301% em 2002), que não foi suficiente para reduzir o déficit a níveis sustentáveis. Nos anos subsequentes houve uma melhoria até ao ano de 2004 para USD 607,35 milhões comparativamente aos anos anteriores (ano de menor déficit do período).

- No ano de 2004, a melhoria observada na Conta Corrente reflectiu a redução do déficit comercial de bens em cerca de 43% (de USD 604,16 milhões em 2003 para USD 345,84 milhões em 2004), determinada pelo aumento do volume total das exportações em 44% (de USD 1.043,91 milhões em 2003 para USD 1.503,86 milhões em 2004) contra o crescimento das importações na taxa inferior de 12% (de USD 1.648,08 USD em 2003 para USD 1.849,70 milhões em 2004) por um lado. Por outro lado, verifica-se o aumento das transferências oficiais do exterior em 18% que passaram de USD 363,19 milhões (ano de 2003) para USD 427,21 milhões (ano de 2004), isto porque o país recebeu mais donativos para o apoio ao Orçamento Geral do Estado, com destaque para os programas especiais, que tiveram impacto na balança das transacções correntes do país. (Vide anexo 1)

A seguir faz-se a análise da rubrica de bens e o papel dos mega-projectos nas importações e exportações de Moçambique.

#### **3.2.1.1. Principais produtos de exportações do país e o papel dos mega-projectos**

De acordo com o anexo 1, relativamente a BoP de Moçambique nota-se que a balança comercial teve saldos negativos durante o período 1999 à 2005, verificando-se a melhor situação no ano de 2001 com cerca de USD 263,60 milhões também negativos. Os saldos negativos da balança comercial no período em análise (1999-2005) reflectiram o aumento do déficit da rubrica de bens e a incapacidade do país em financiar as suas importações de bens de consumo e serviços, principalmente matérias primas, bens intermédios de capital

com base nas receitas obtidas das exportações, bem como denotou a vulnerabilidade da economia moçambicana face aos choques externos.

### Exportações

**Tabela 3.1 – Proporção dos megas – projectos nas exportações do país no período 1999 a 2005**

Descrição/ Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Exportações dos grandes projectos	34%	51%	63%	58%	65%	70%	72%

Fonte: Cálculos feito pelo autor na base dos dados do anexo 2

Olhando para o anexo 3, nota-se que no período 1999 à 2005 o crescimento rápido das exportações do país deveu-se a contribuição dos grandes projectos que a partir do ano de 1999, deram um impulso as exportações do país com um crescimento acima dos 15% ao ano, chegando a atingir 93% (em 2001 relativamente ao ano 2000), contra o crescimento das exportações de 2% no ano de 1997 e 6% nos anos de 1995 e 1998 respectivamente sem os grandes projectos.

As exportações dos bens (excluindo alumínio) tiveram a sua maior contribuição no ano de 1999 com 66% das exportações, enquanto que as exportações dos grandes projectos (electricidade, gás e alumínio) a sua maior contribuição no ano de 2005 com 72% de acordo com a tabela 3.1. Esta situação justifica-se pelo facto de no ano de 1999, os grandes projectos (caso Mozal e Sazol) estavam na fase de implementação ou investimento, enquanto que no ano de 2005, já se beneficiavam dos retornos resultantes da expansão, através da exportação (exemplo do alumínio), com grande impacto na economia do país.

**Tabela 3.2 - Peso dos principais produtos de exportações do país no período 1999 a 2005**

Descrição	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
1. Mercadorias Gerais	93,4%	95,8%	84,5%	83,7%	82,3%	87,5%	87,5%
1.1. Camarão	29,4%	23,9%	13,1%	14,1%	7,3%	6,1%	4,1%
1.2. Amêndoa de caju	3,4%	4,3%	0,3%	0,1%	0,1%	0,5%	0,3%
1.3. Algodão	9,0%	7,7%	2,6%	2,0%	3,1%	2,4%	3,2%
1.4. Açúcar	2,5%	0,0%	1,2%	2,2%	1,8%	2,5%	2,2%
1.5. Tabaco	-	-	1,3%	3,0%	2,1%	2,7%	2,5%
1.6. Lagosta	-	-	-	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%
1.7. Madeira	4,0%	3,6%	1,8%	2,2%	2,0%	2,0%	1,9%
1.8. Castanha de caju	11,3%	5,5%	1,6%	2,0%	0,7%	1,4%	1,0%
1.9. Energia eléctrica	33,8%	26,7%	8,1%	13,3%	10,9%	6,8%	8,1%
1.10. Gás	-	-	-	-	-	2,1%	5,7%
1.11. Alumínio	-	24,0%	54,5%	44,6%	54,4%	60,8%	58,5%
2. Bunkers	2,0%	3,5%	3,3%	2,2%	0,8%	0,5%	0,7%
3. Ouro não-monetário	-	-	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%
4. Outros (*)	4,6%	0,8%	12,1%	14,1%	16,9%	11,9%	11,8%

**Fonte:** Cálculos feitos pelo autor na base de dados do anexo 2

(-) Desconhece-se o dado concreto.

(\*) Refere-se: os citrinos, a copra, os pneus e câmaras-de-ar.

A tabela 3.2 em harmonia com o anexo 2, mostram que relativamente aos principais produtos de exportação do país, no período 1999 a 2005:

- As mercadorias gerais tiveram a maior contribuição nas exportações do país (camarão, amêndoa de caju, algodão, açúcar, tabaco, madeira e energia eléctrica, gás e alumínio) com cerca de 95,8% no ano de 2000 (com USD 240,10 milhões), seguido da categoria de outros produtos (citrinos, copra, pneus e câmaras de ar), com cerca de 16,9% no ano de 2003 (USD 176 milhões) respectivamente, apesar da tendência decrescente dos itens dos produtos.



- Note que dentro das mercadorias gerais o alumínio é o produto que mais contribuiu nas exportações do país em termos de valores e com tendência crescente, com 60,8% no ano de 2004 (USD 915 milhões). A tendência crescente das exportações de alumínio deveu-se a operacionalização e expansão da produção da Mozal.

### Importações

**Tabela 3.3 – Peso dos megas projectos nas importações de bens no período 1999 a 2005**

Descrição/ Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Importações dos grandes projectos	43%	22%	22%	25%	19%	16%	17%

**Fonte:** Cálculos feitos pelo autor na base de dados do anexo 3

A partir dos dados da tabela 3.3, ilustra-se que as importações de grandes projectos tiveram a sua maior ocorrência no ano de 1999 (ano de início dos mega-projectos) com a importação dos equipamentos e materiais diversos, destinados principalmente para o Projecto de fundição de alumínio da Mozal, com cerca de 43%, nos anos seguintes as importações dos grandes projectos estiveram abaixo dos 25% por um lado. Por outro lado, as importações excluindo os grandes projectos no período 1999 a 2005, tiveram um desempenho percentual acima dos 55% ao ano, verificando-se o pico no ano de 2004 com uma contribuição cerca de 84%. Tal deveu-se ao facto de que nos anos 2001 em diante a Mozal havia reduzido as suas necessidades de importações, em detrimento do aumento das suas exportações, visando recuperar o capital investido no país.

Olhando para o anexo 10, verifica-se que no período anterior aos mega-projectos (1994-1999), Moçambique apresentou taxas de crescimento anual de importações 71,4% (1995), 97,1% (1997) contra os 96,9% (2000) e 91,5% (2001), apresentando em 1999 a percentagem significativa de 148,2% de importações do país, devido ao estabelecimento e início das actividades dos mega-projectos em Moçambique, principalmente o caso Mozal.

Face ao acima exposto, considera-se que apesar do efeito significativo dos mega-projectos, Moçambique é grande importador, o que tem contribuído para a dependência

do país face ao exterior em termos das necessidades dos principais bens de consumo, equipamentos entre outros e deterioração da Conta Corrente do país.

**Tabela 3.4 - Peso dos principais produtos de importações do país no período 1999 a 2005**

Descrição	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
1. Principais bens de consumo:	18,2%	26,9%	15,4%	18,6%	14,9%	15,4%	14,7%
1.1. Cereais	-	-	6,9%	7,0%	7,0%	7,1%	7,0%
1.2. Açúcar	-	-	0,6%	0,3%	0,5%	1,0%	0,4%
1.3. Cervejas	-	-	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
1.4. Medicamentos	-	-	1,4%	1,4%	1,0%	1,5%	1,1%
1.5. Automóveis	-	-	6,3%	9,9%	6,3%	5,8%	6,1%
2. Principais bens intermediários	13,4%	18,9%	25,9%	13,9%	22,1%	24,7%	24,4%
2.1. Combustíveis	-	-	11,6%	6,0%	9,7%	10,5%	10,6%
2.2. Gasóleo	-	-	7,2%	3,7%	6,3%	7,1%	6,9%
2.3. Gasolina	-	-	2,2%	1,0%	1,4%	1,8%	1,7%
2.4. Outros	-	-	2,2%	1,3%	2,0%	1,6%	1,9%
2.5. Energia	-	-	2,7%	1,9%	2,7%	3,7%	3,2%
3. Bens de capital	24,4%	24,1%	13,4%	9,2%	15,7%	15,0%	14,0%
4. Outros (*)	1,1%	7,6%	35,2%	34,6%	34,4%	39,5%	38,1%
5. Ajustes por cobertura	-	-	0,0%	5,0%	4,0%	0,0%	2,4%

Fonte: Cálculos feitos pelo autor na base de dados do anexo 4

(\*) Peças e sobressalentes.

(-) Desconhece-se o dado concreto.

Analisando a tabela 3.4 e anexo 4 relativo aos principais produtos de importação de Moçambique, verifica-se que:

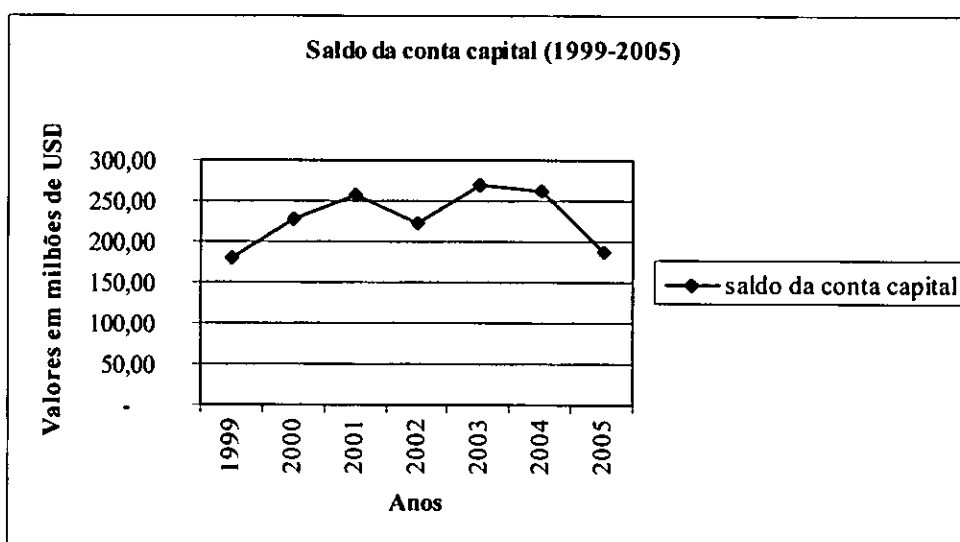
- As peças e sobressalentes são os maiores produtos de importação com cerca de 39,5% no ano de 2004 (USD 731,50 milhões), seguido de principais bens de consumo (cereais, açúcar, cerveja, medicamentos e automóveis) com 26,9% no ano de 2000 (USD 265,40 milhões) no ano das cheias nas regiões centro e sul do país e finalmente os bens

de capital com 24,4% no ano de 1999 (USD 292,30 milhões) no ano do início dos mega-projectos respectivamente. Esta situação não é confortável na medida em que, é através dos objectos de trabalho (capital circulante) que se desenvolve a indústria, e dos meios de trabalho (capital fixo) que se produzem os instrumentos de produção, e é por via dos bens de consumo que se minimiza os danos da fome em Moçambique por um lado. Por outro lado é a partir dos bens de capital que se criam às condições para se produzir com produtividade no país. Assim para melhorar o saldo balança comercial torna-se imperioso produzir os instrumentos de trabalho (enxadas, catanas entre outros) e peças sobressalentes para a agricultura.

- As importações de peças e sobressalentes no ano de 1999 estiveram no nível de 1,1% porque neste ano o país importou mais os bens de capital (maquinaria e equipamentos) e principais bens intermediários (combustíveis entre outros) para o início das actividades dos grandes empreendimentos (caso Mozal) e nos anos subsequentes (anos de produção e expansão dos grandes projectos) as importações chegaram a atingir 34,4% (USD 731,50 milhões) e 39,5% (USD 853,60 milhões) nos anos de 2003 e 2004 respectivamente.

### **3.2.2. Conta Capital**

A seguir faz análise do comportamento da conta capital no período 1999 a 2005.



**Gráfico II:** Saldo da conta capital

**Fonte:** Gráfico feito pelo autor na base de Dados do anexo 1 (BM/DEE)

A Conta Capital no período 1999 a 2005 foi superavitária apresentando oscilações positivas justificadas pelos seguintes elementos:

- De acordo com o anexo 5, no período 1994 à 1997 a conta capital apresentou diminuições sendo a maior no ano de 1995 de 26,10% relativamente ao ano de 1994. De 1998 a 2003 a conta capital registou crescimentos, sendo o maior no ano de 1999 de 34,7% devido à entrada de capitais dos grandes empreendimentos no país (caso Mozal, Sasol entre outros), apesar da diminuição de 13,50% no ano de 2002 devido as cheias que afectaram significativamente o povo moçambicano.
- Como consequência dos desastres naturais do ano 2002, verificou-se o desembolso de donativos sobre a forma de transferências na ordem dos USD 1.015,70 milhões que visavam a maior fatia apoiar o povo moçambicano afectado pelas cheias. (Vide o anexo 6)
- A partir de 2004 (ano de maior entrada de capitais no país) o fluxo de capitais externos tem vindo a registar um decréscimo de 3% (de 2004 em relação 2003) e 29% (de 2005 relativamente a 2004) como consequência da transferência de capitais (rendimentos dos mega-projectos), sendo a Administração Central, o sector que mais contribuiu para esta deterioração, segundo o anexos 1.

### 3.2.3. Financiamento Externo

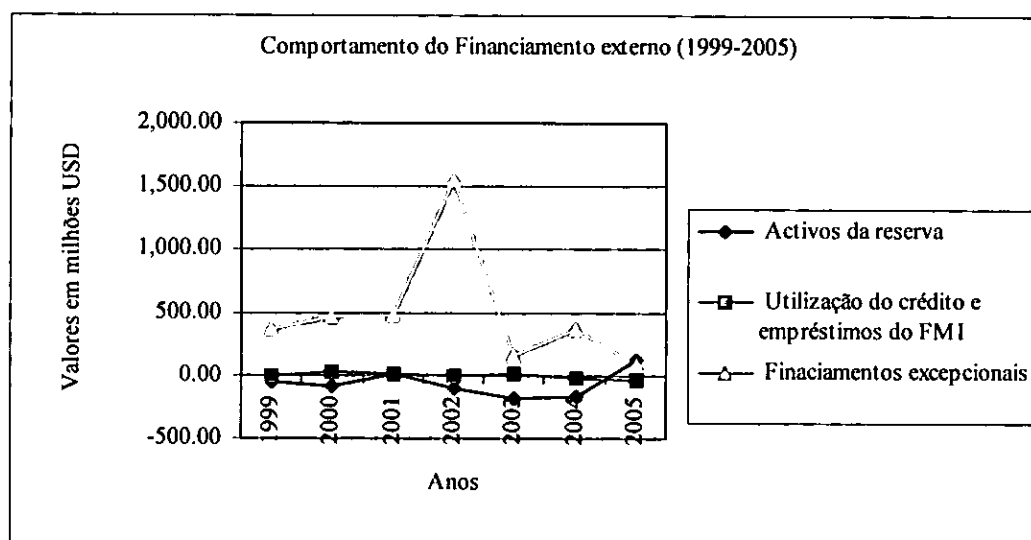
Como atrás foi referido, nesta pesquisa o financiamento externo dá maior enfoque a conta parcial do serviço da dívida externa de Moçambique.

A dívida externa de Moçambique teve a sua origem nos créditos de médio e longo prazo de natureza bilateral, multilateral e comercial, contraídos desde meados da década 70, logo após a independência. Destinava-se ao financiamento de diversos projectos de desenvolvimento nos sectores da agricultura, industria, ferro – portuário, transporte, saúde, educação, comércio e outros para relançamento rápido da economia. Por outro lado às fracas exportações derivadas da baixa produção afectaram as contas correntes provocando sucessivos déficits.

#### 3.2.3.1. Comportamento das fontes de Financiamento externo

De acordo com o Boletim Anual da BoP do Banco de Moçambique (2005:20), o comportamento da conta de financiamento espelha o lado real das contas externas da economia e nela pode-se avaliar a necessidade de recursos internos e externos para financiar as actividades internamente.

Gráfico III: Comportamento do financiamento externo (1999-2005)



Fonte: Gráfico feito pelo autor na base de Dados do anexo 7

No período 1999 a 2005 nota-se que a categoria financiamento excepcional<sup>3</sup>, foi o item que mais se beneficiou do financiamento externo.

No período 1999 a 2005 de acordo com o anexo 7, considera-se que:

- A categoria financiamento excepcional foi o item que mais se beneficiou do financiamento externo no período 1999 a 2005, com cerca de USD 1.548,20 milhões devido a maior participação da comunidade internacional (Grupo OCDE, países do Leste, entre outros), no ano de 2002, ano de maior déficit da BoP em virtude do efeito das cheias.
- Em 2004 o nível de financiamento aumentou em USD 200,07 milhões comparativamente a 2003, o que permitiu que as autoridades monetárias constituíssem reservas na ordem de USD 169,1 milhões.
- Posteriormente em 2005 houve uma redução de USD 1.3 milhões no financiamento que causou um desgaste das reservas de USD 130 milhões.

Este comportamento esteve ligado à reclassificação de alguns activos de reserva que passaram a fazer parte do conceito “outros activos da autoridade monetária”, e por outro lado, com a redução da taxa de juro internacional, segundo o Relatório Anual da BoP (2005:21).

### 3.2.3.2. Desembolsos de empréstimos

Neste item pretende-se analisar a evolução dos tipos da dívida externa do país no período 1999 a 2005.

Tabela 3.5 - Peso dos tipos da dívida externa no período 1999 à 2005

Descrição	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Multilateral	37.50%	26.95%	26.96%	47.32%	49.59%	52.44%	54.53%
Bilateral	62.50%	73.05%	73.04%	52.68%	50.41%	47.56%	45.47%

Fonte: Cálculos feitos pelo autor com base em dados do anexo 8

<sup>3</sup> São operações de alívio à dívida externa, os quais são obtidos do Banco de Moçambique (Departamento do Estrangeiro) e Ministério das Finanças (Departamento da Dívida Pública).

R.E. 29863

Olhando para anexo 8 e tabela 3.5, considera-se que:

- De 1999 a 2005 foi muito utilizada o recurso a dívida bilateral, que apresentou o ponto alto no ano de 2000 com cerca de USD 3.654,50 milhões (crescimento de 2,4% relativamente a 1999) contra os USD 2.534,92 milhões da dívida multilateral de 2005 (crescimento de 9,2% relativamente a 2004). Tal deveu-se ao ambiente económico e político do país, após a conclusão das segundas eleições multipartidárias em 1999 que ajudaram a cimentar a estabilidade económica e manutenção da estabilidade política, entre outros, o que contribuiu para que o sector privado estrangeiro acreditasse que Moçambique era um bom hospedeiro para os seus investimentos.
- No período (2002-2005) a dívida multilateral começa a ganhar campo significativo relativamente a dívida bilateral, tal deveu-se ao financiamento do Programa de Reabilitação Económica e Social nos primeiros anos, e pelo facto do nível de endividamento do país só permitir o acesso ao crédito oficial concedido por instituições multilaterais cujos termos e condições são mais concessionais comparativamente aos bilaterais e comerciais nos anos seguintes respectivamente. (Vide o gráfico IV em anexo)

### 3.2.3.3. Medidas para o alívio da dívida externa

De acordo com o Departamento do Estrangeiro do Banco de Moçambique, a par do alívio da dívida externa pelos parceiros internacionais, exigia-se que o país também tomasse medidas específicas no sentido de redução da dívida, em cumprimento da estratégia da dívida elaborada em 1996 (ano do início da iniciativa HIPC) que consistiu na:

- **Primazia à substituição de créditos por donativos**, recorrendo-se ao crédito como última alternativa para completar a necessidade de recursos externos. A contratação de novos créditos só pode ser feita mediante um grau de concessionalidade que é igual ou superior a 35% "*grant element*"<sup>4</sup>.
- **Realização de Seminários Sectoriais** com vista à revisão da carteira de projectos a fim de avaliar as prioridades dentro do contexto do programa do Governo. A definição de prioridades pode implicar realocação de montantes a outros projectos ou cancelamento quando os projectos se mostrarem menos importantes.

---

<sup>4</sup> Componente donativo

- Elaboração de **Programas Sectoriais Integrados** de médio prazo para identificação de projectos que carecem de recursos externos;
- Outra medida foi a **reforma fiscal** adoptada por Moçambique visando melhorar a gestão, cobrança de receitas, alocação eficiente de recursos e controlo orçamental.
- Contratação de créditos externos por privados sem garantias do Estado nem do Banco de Moçambique foi também uma medida para redução da dívida pública.

De acordo com o Departamento da Dívida Pública do Ministério das Finanças<sup>5</sup> a partir do ano 2000, as autoridades moçambicanas (Governo e Banco Central) começaram a recorrer muito ao endividamento interno, através da emissão de Bilhetes de Tesouro de maturidade máxima de um ano e Obrigações de Tesouro de maturidade superior, porque:

- O endividamento interno tinha o mérito de aprofundar o mercado titulado, mas num quadro de taxas de juro de dois dígitos.
- Existia uma clara manifestação dos efeitos de um orçamento ainda fortemente dependente da ajuda externa no país;
- A ocorrência da entrada tardia da ajuda externa prometida;
- A sazonalidade na cobrança de receitas fiscais face as despesas correntes inadiáveis do Estado;

---

<sup>5</sup> <http://databases.sardc.net/books/MHDR2005port/view.php?bname=&id=49> (consultado no dia 27/06/2007)



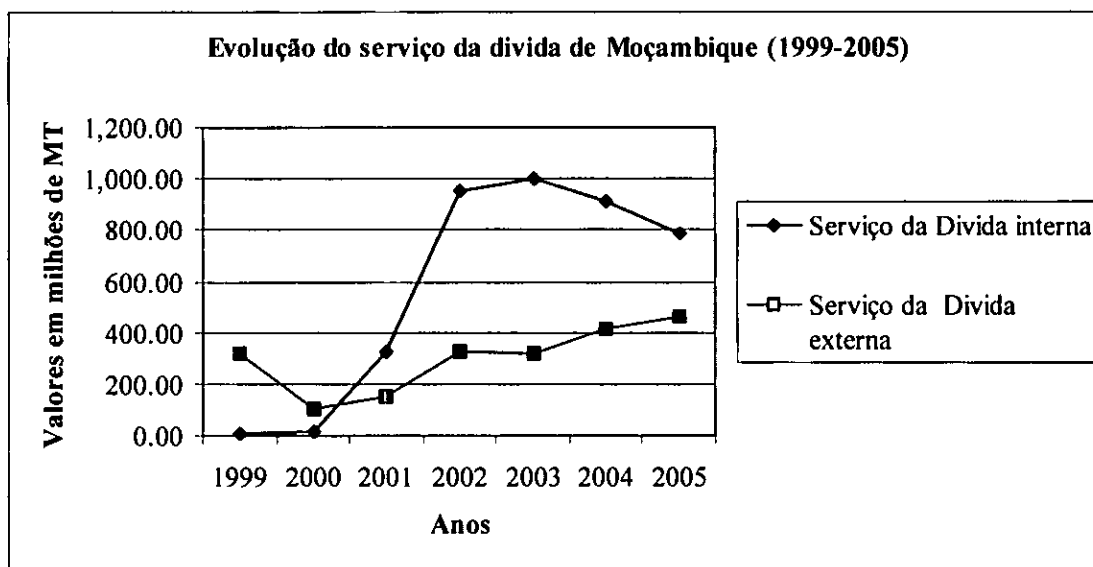


Gráfico IV: Evolução do serviço da dívida de Moçambique (1999-2005)

Fonte: Gráfico feito pelo autor com base em dados do anexo 9

### 3.3. Evolução das Principais Componentes das Contas interna e externas e endividamento externo

A evolução das principais componentes das contas externas e internas e endividamento externo de Moçambique será feita com recurso as medidas de desempenho, que se desdobram em duas ópticas de avaliação:

- Krier para as contas interna e externa do país, pelo espírito crítico que o autor utiliza no manuseamento dos números relativos, índices, rácios.
- Medeiros para o financiamento externo de Moçambique, pela abordagem que exaustiva que o autor faz na avaliação da Balança de Pagamentos e dívida externa.

#### 3.3.1. Indicadores de desempenho das contas internas e externas

Krier (1982:15-17) refere-se a relevância da estrutura financeira, como um conjunto de relações existentes entre as diversas parcelas integrantes das contas através dos rácios ou relações entre as componentes. Também afirma que os valores absolutos (análise feita anteriormente a priori) são pouco significativos, sendo os rácios os indicadores que

desempenham o papel de “luzes” de advertência por um lado. Por outro lado, o método dos rácios não permite, no estado actual, definir com precisão a estrutura financeira ideal, mas dá-nos uma imagem dos comportamentos financeiros em termos comparativos.

**Tabela 3.6 – Indicadores de Desempenho das contas internas e externas do país no período 1999 à 2005**  
(valores em milhões de MT da antiga família)

Descrição	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Produto Interno Bruto (PIB) *	51.913,23	58.354,58	76.544,85	96.883,48	113.902,52	133.318,95	157.345,43
Importações (M)	19.607,00	22.059,83	25.216,72	26.341,28	37.849,12	53.767,45	67.425,15
Consumo global (Privado e Governo) - C	47.223,63	53.404,24	65.740,63	71.145,90	91.574,21	111.562,73	128.994,32
Exportações (X)	5.255,70	7.435,59	16.202,58	23.174,81	28.927,58	39.729,28	48.679,25
Valor do comércio internacional (VCI)	24.862,69	29.495,41	41.419,29	49.516,09	66.776,71	93.496,73	116.104,40
Taxa de cobertura (TC) = X/M	0,27	0,34	0,64	0,88	0,76	0,74	0,72
Contribuição do C/VCI	1,90	1,81	1,59	1,44	1,37	1,19	1,11
Orçamento Geral do Estado (OGE)	12.815,00	16.653,00	22.694,00	28.750,00	30.444,00	32.728,00	35.808,00
Orçamento Corrente (OC)	6.332,00	7.836,00	10.319,20	13.469,00	16.342,00	19.006,00	20.365,00
Orçamento de Investimento (OI)	6.001,00	7.356,00	10.422,30	12.073,00	13.369,00	12.280,00	13.101,00
Participação do OGE/VCI	52%	56%	55%	58%	46%	35%	31%
Contribuição do OGE/C	27%	31%	35%	40%	33%	29%	28%

Fonte: Cálculos feitos pelo autor com base nas estatísticas do INE e do Banco de Moçambique: <http://www.ine.gov.mz> e <http://www.bancomoc.mz> (consultado no dia 10/07/2007).

\* O PIB foi calculado na óptica da despesa.

Analisando a tabela 3.6 que acima se indica relativamente aos indicadores de desempenho das contas internas e externas no período, pode-se extrair o seguinte:

- A taxa de cobertura das importações pelas exportações no período 1999 à 2005 reflectiu a melhoria do déficite da BoP, porque enquanto que em 1999 precisava-se 73% do financiamento externo para cobrir as importações, em 2003 em diante reduziu-se o recurso ao endividamento externo para cobrir as importações atingindo-se 28% da dívida externa em 2005. Tal situação ainda não é satisfatória, porque as exportações do país apesar de estarem a crescer não conseguiram cobrir na íntegra as importações, contudo há melhoria no saldo da BoP resultantes da redução de recurso as fontes externas de financiamento.
- Por cada unidade de MT da antiga família do valor de comércio internacional, exigiu-se 1,44 unidade de MT da antiga família do consumo global do país em 2002 contra 1,19 unidade de MT da antiga família de 2005. Isto significa que o país tendeu a consumir mais do que transaccionava no comércio internacional. E tratando-se de uma economia em vias de desenvolvimento, é necessário criar hábitos de poupança, porque sem a poupança não haverá investimentos produtivos no país;
- O Orçamento Geral do Estado teve a maior participação no Comércio internacional no ano de 2002 com cerca de 58,06%, tal deveu-se a ocorrência de catástrofes naturais no país, dos anos 2000 (nas regiões sul e centro) e 2001 (nas regiões centro e norte do país) respectivamente. Esta situação fez com que o OGE no ano de 2002 contribuisse em 40% para o consumo global de Moçambique (maior contribuição do período).

### **3.3.2. Indicadores de desempenho do financiamento externo**

Medeiros (1994:195-201) identifica três grupos de rácios da dívida: variáveis de rigidez, variáveis de perturbação e variáveis amortecedoras. Os rácios da dívida são importantes na avaliação do desempenho do financiamento externo porque:

- Estudam do ponto de vista económico e financeiro a acumulação de responsabilidades de um país face ao exterior;

- Ilustram o funcionamento da economia nacional geradora de riqueza e de proveitos, com o seu endividamento internacional.
- Para o presente trabalho interessa analisar as variáveis de rigidez na medida em que procuram dar a ideia do grau de endividamento, através das relações, entre a dívida e as grandezas que representam o possível pagamento por um lado. Por outro lado, têm como missão captar a vulnerabilidade financeira de Moçambique.

Tabela 3.7 – Indicadores de desempenho do endividamento externo no período 1999 à 2005 (valores em milhões de USD)

Descrição/ Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Juros (J)	58,00	140,80	130,90	475,10	31,10	50,40	25,40
Serviço da dívida (Sd)	315,20	321,40	351,00	1.523,00	135,50	321,40	66,40
Exportações (X)	283,80	364,00	703,10	809,80	1.043,90	1.503,90	1.745,30
Transferências Correntes (Tc)	236,60	315,00	191,70	638,30	223,10	313,80	402,90
Reservas totais (Rt)	-44,10	-76,90	18,80	-97,70	181,40	-169,10	129,90
Dívida Externa (De)	373,20	462,20	481,90	1.998,10	1.666,70	371,80	91,80
Importações (M)	1.090,00	1.056,60	966,70	1.476,50	1.648,10	1.849,70	2.242,30
Peso da dívida nas exportações - (J+Sd)/X (%)	131,50%	126,98%	68,54%	246,74%	15,96%	24,72%	5,26%
Peso de transferências nas importações - Tc/M	21,71%	29,81%	19,83%	43,23%	13,54%	16,96%	17,97%
Rácio (J+Sd) / (X+Tc)	71,71%	68,07%	53,86%	137,98%	13,15%	20,45%	4,27%
Rácio (J+Sd) / X	131,50%	126,98%	68,54%	246,74%	15,96%	24,72%	5,26%
Rácio (J+Sd)/Tc	157,73%	146,73%	251,38%	313,03%	74,68%	118,48%	22,78%

Fonte: Cálculos feitos pelo autor na base de dados do BM/DEE (dados da tabela 3.1)

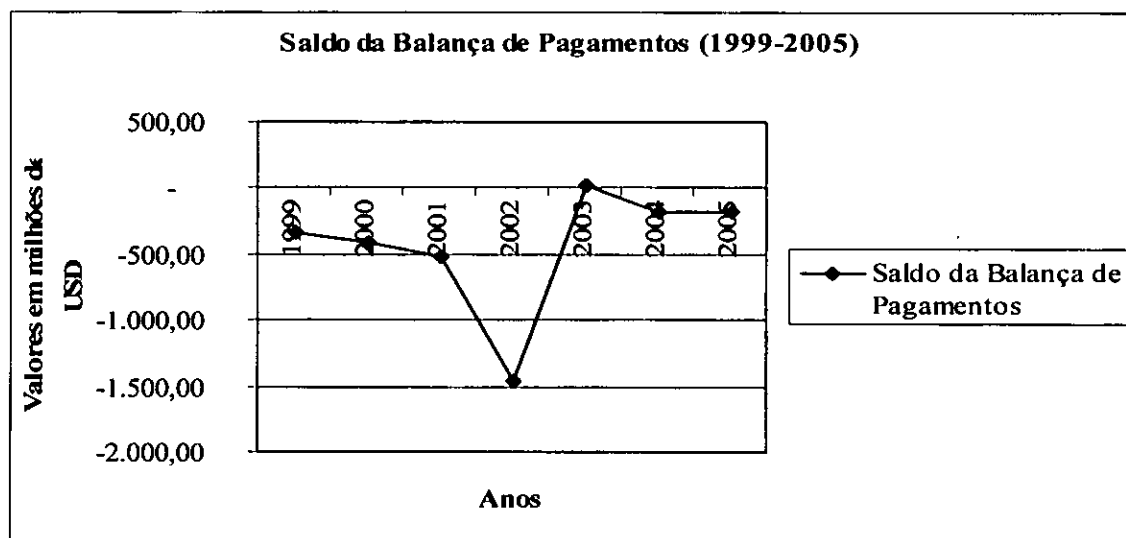
Analisando a tabela 3.7 sobre os indicadores de desempenho do endividamento externo, ilustra-se que no período 1999 a 2005:

- O financiamento externo de Moçambique superou em 246,74% as exportações de bens do país no ano de 2002, contra os 68,54% do ano de 2001. Esta situação não é desejável na medida em que as exportações representam uma fonte de divisas para o país, e a dívida externa, valores que se devem pagar ao estrangeiro. Por conseguinte por cada USD 100 unidades das receitas das exportações no ano de 2002, o país necessitou de USD 246 unidades do endividamento externo, valor acima da média, ou seja, o país dependeu da dívida externa para realizar as suas importações neste ano. Tal deveu-se as condições que estavam criadas desde 2001, relativamente ao reforço da iniciativa HIPC com alcance do "*completion point*" e a submissão do PARPA I (2001-2005) às instituições de Bretton Woods com vista a reduzir os níveis da incidência da pobreza absoluta no país a menos de 60% até 2005, que culminaram com a drenagem de fundos externos em Moçambique.
- Em 2002, verificou-se a maior contribuição das transferências correntes nas importações do país, com cerca de 43,23%. Tal deveu-se o alívio do serviço da dívida no âmbito do apelo lançado pelo Governo na sequência das calamidades naturais bem como a excessiva entrada de fundos de ajuda externa, quer directamente para as contas do Governo, quer para as contas de algumas ONG's, segundo o Boletim Anual da BoP do Banco de Moçambique (2002:57).

### 3.4. Avaliação do Saldo da Balança de Pagamentos

Após a avaliação da tendência e da evolução, procede-se a avaliação do saldo global da BoP de Moçambique no período 1999 à 2005.

Gráfico V: Saldo da Balança de Pagamentos (1999-2005)



Fonte: Cálculos feitos pelo autor na base de dados do anexo I

Olhando para o gráfico V relativo ao comportamento do saldo da Balança de Pagamentos de Moçambique no período 1999 a 2005, nota-se que a BoP foi deficitária, tendo-se verificado o maior déficit no ano de 2002 com cerca de USD 1.454,68 milhões. A recuperação da BoP do ano 2002 para 2003, deveu-se em grande medida a drenagem dos fundos de doadores em forma de transferência correntes e ao alívio do serviço da dívida, como forma de reduzir os efeitos das catástrofes naturais verificados no ano de 2002.

Das várias razões que estiveram por detrás dos déficits da BoP de Moçambique no período 1999 à 2005, podem-se destacar:

- **Maior volume de importações de bens (peças e sobressalentes), incluindo os de consumo básico (cereais, combustível e gasóleo entre outros) porque o país importou mais peças e sobressalentes com cerca de 39,5% (no ano de 2004), seguido de cereais, combustíveis, gasóleo e bens de capital com 6,9%, 4,5% e 16,5% respectivamente, o que**



aliada à fraca capacidade de exportações de produtos primários, com açúcar 0% (ano 2000), castanha de caju 2% (em 2002), algodão 3,1% (em 2003), lagosta (0,1% em 2004) e tabaco 2,5% em 2005 respectivamente, deterioravam em grande medida a Balança de Transacções Correntes para USD 750,64 milhões. (Vide a tabela 3.4 , anexos 1 e 4)

- **Falta de capacidade negocial para angariação de fundos para investimento em bens de capital no país**, porque dos fundos obtidos de estrangeiro (donativos e outros), cerca de 63% (em 2004) e 81% (em 2005) destinavam-se na sua maioria a outro tipo de projectos diferentemente da criação de bens de capital e infra-estruturas, tais como: compra de medicamentos, contribuições para organizações internacionais, entre outros. Por conseguinte era deixado para o segundo plano, os investimentos em bens de capital que representam a condição para a dinamização da economia nacional. Assim o país continuou a importar bens de capital na ordem dos 24,4% (em 1999) e 15,7% (em 2003) o que contribui para o déficite da Balança de Transacções Correntes do país no período de análise. (Vide a tabela 3.4)

## 4. Conclusão e Recomendações

No período 1999 a 2005 as principais componentes da Balança de Pagamentos de Moçambique evoluíram no sentido negativo contrariamente a hipótese nula (H<sub>0</sub>), porque apesar do saldo negativo da BoP ter reduzido significativamente em 44% no ano 2005 relativamente à 1999 e ao bom desempenho do rácio de cobertura das importações pelas exportações (de 27% em 1999 para 72% em 2005), ela manteve-se deficitária com um saldo USD 182,16 milhões no ano de 2005, influenciado por Moçambique ter consumido mais internamente em relação as transacções que fazia no Comércio internacional (1,49 contra 1,19 de 2002 relativamente a 2005), bem como a ênfase na exportação de produtos primários: castanha de caju 2% (em 2002), algodão 3,1% (em 2003), lagosta (0,1% em 2004) e tabaco 2,5% em 2005 respectivamente, ao mesmo tempo em que importava os bens de capital na ordem dos 24,4% (em 1999) e 15,7% (em 2003), o que contribuiu para o agravamento do déficite da Balança da BoP do país no período.

Assim, as principais componentes da BoP de Moçambique no período 1999 à 2005, apresentaram a tendência negativa, conforme o preconizado na hipótese alternativa (H<sub>1</sub>), apesar de fazer-se sentir o efeito dos mega-projectos na balança comercial e na balança de capitais, pelos seguintes argumentos:

- A **Conta Corrente** registou uma melhoria do déficite em 11% em 2005 relativamente ao ano de 1999 (USD 854,56 milhões de 1999, contra os USD 760,64 milhões de 2005). Tal deveu-se a contribuição negativa das rubricas de bens, serviços e rendimentos contra o contributo positivo, porém não eficaz das transferências unilaterais correntes. Esta situação verificou-se pelo facto de Moçambique ser um grande importador de peças e sobressalentes, combustíveis e gásóleo, e exportador dos bens primários perdendo assim a chance e a capacidade de ser competitivo no mercado internacional.
- A **Conta Capital** no período 1999 à 2005 foi superavitária, apresentando um crescimento até ao ano de 2003 tendo atingido 121,9% (em relação ao ano de 2002), devido a entrada de capitais no âmbito do projecto Mozal, cuja variação foi de USD 172,4 milhões, o que levou a que o peso dos capitais deste empreendimento sobre a totalidade do IDE realizado no período fosse de 86,4%.

- **O financiamento externo** no período 1999 à 2005 teve a sua maior influencia pela participação da comunidade internacional em 2002, com cerca de USD 1.548,2 milhões, ano de maior déficit da BoP em virtude do efeito das cheias por um lado.

Face ao acima exposto, propõe-se os seguintes desafios para a Balança de Pagamentos de Moçambique:

- **Contorno e prevenção dos desastres naturais**, porque em Moçambique, estas tendem a ocorrer com regularidade de dois em dois anos e meio, devastando as vastas regiões do país, com prejuízos humanos (redução da força de trabalho), materiais (redução da capacidade de produção interna) e financeiros (desvio de aplicação dos fundos internos e externos), afectando significativamente o desempenho da BoP.
- **Controlo do nível de endividamento externo**, porque em Moçambique devido a forte dependência nos recursos externos, surge a necessidade de controlar o seu nível, como forma de evitar que o país atinja níveis insustentáveis da dívida externa.
- **Redução da exportação de produtos primários**, porque a exportação de Moçambique no período 1999 à 2005 consubstanciou-se aos produtos primários, cujos preços tendem a reduzir significativamente no mercado internacional. Assim como forma de obter alguma vantagem competitiva, o país tem que optar por produtos manufacturados e diversificar a sua base produtiva.
- **Agro – industrialização** porque a fragilidade das exportações de Moçambique (produtos primários), resultam das fracas ligações que se estabelecem entre os sectores produtivos do país. Assim a agro-industrialização por envolver os dois sectores chaves da economia nacional (agricultura a base de desenvolvimento e a industria o factor impulsionador)<sup>6</sup> poderão dinamizar a capacidade produtiva da economia nacional e consequentemente melhorar o saldo da BoP do país através da produção dos instrumentos de trabalho que deverão ser utilizados no sector agrícola, imprimindo desse modo a maior produtividade e certa qualidade nos produtos nacionais.

---

<sup>6</sup> Constituição da República de Moçambique (2004)

**TABELAS, GRÁFICOS E GLOSSÁRIO**

**ANEXOS**

(Valores em milhões de  
USD)

## Anexo 1 - Balança de Pagamentos de Moçambique no período 1999 a 2005

Descrição	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<b>A. Conta Corrente, excluindo</b>							
<b>Financiamento</b>	-854,56	-696,87	-649,39	-869,15	-816,55	-607,35	-760,64
Exportações (FOB).	283,78	363,96	703,13	809,81	1.043,91	1.503,86	1.745,26
Importações (FOB)	-	-	-	-	-	-	-
	1.089,99	1.056,62	-966,73	1.476,45	1.648,08	1.849,70	2.242,33
<b>Saldo de bens</b>	<b>-806,21</b>	<b>-692,65</b>	<b>-263,60</b>	<b>-666,64</b>	<b>-604,16</b>	<b>-345,84</b>	<b>-497,07</b>
Serviços: crédito	295,22	325,42	249,67	339,38	303,94	255,55	341,92
Transportes	99,35	97,61	55,68	101,69	90,49	80,03	89,36
Viagens	61,21	74,07	63,57	62,85	97,62	95,28	129,64
Construção	1,11	0,21	1,79	30,59	11,83	11,11	22,10
Outros	133,56	153,54	128,63	144,25	104,00	69,13	100,82
Serviços: débito	-456,41	-451,72	-601,29	-576,98	-573,95	-531,39	-648,57
Transportes	-142,08	-164,59	-153,82	-179,52	-190,51	-190,73	-229,95
Viagens	-139,28	-107,66	-114,32	-113,00	-139,80	-134,16	-176,05
Construção	-1,01	-28,18	-39,67	-91,21	-60,94	-52,23	-78,64

Outros	-174,04	-151,28	-293,48	-193,25	-182,70	-154,27	-163,93
<b>Saldo de serviços</b>	<b>-161,19</b>	<b>-126,30</b>	<b>-351,61</b>	<b>-237,60</b>	<b>-270,01</b>	<b>-275,84</b>	<b>-306,65</b>
<b>Saldo bens e serviços</b>	<b>-967,40</b>	<b>-818,95</b>	<b>-615,21</b>	<b>-904,24</b>	<b>-874,17</b>	<b>-621,68</b>	<b>-803,72</b>
Rendimentos: crédito	57,80	79,29	97,02	52,15	55,91	74,51	98,91
Rendimentos: débito	-181,60	-272,20	-322,86	-655,32	-221,40	-374,01	-458,76
<b>Saldo de rendimentos</b>	<b>-123,80</b>	<b>-192,91</b>	<b>-225,84</b>	<b>-603,18</b>	<b>-165,50</b>	<b>-299,50</b>	<b>-359,84</b>
<b>Saldo de bens, serviços e rendimentos</b>	<b>1.091,20</b>	<b>1.011,86</b>	<b>-841,05</b>	<b>1.507,41</b>	<b>1.039,67</b>	<b>-921,18</b>	<b>1.163,56</b>
Transferências correntes: crédito	256,28	337,40	213,61	826,98	293,16	370,52	478,97
Transferências correntes: débito	-19,64	-22,41	-21,95	-188,72	-70,03	-56,69	-76,05
<b>Saldo de Transferências correntes</b>	<b>275,92</b>	<b>359,82</b>	<b>235,56</b>	<b>1.015,70</b>	<b>363,19</b>	<b>427,21</b>	<b>555,02</b>
<b>Sado de bens, serviços, rendimentos e transferências</b>	<b>-815,28</b>	<b>-652,05</b>	<b>-605,49</b>	<b>-491,72</b>	<b>-676,48</b>	<b>-493,97</b>	<b>-608,54</b>
<b>B. Conta de Capitais, excluindo Financiamento</b>	<b>180,30</b>	<b>226,83</b>	<b>256,75</b>	<b>222,05</b>	<b>270,73</b>	<b>263,04</b>	<b>187,87</b>
Conta de Capitais: crédito	180,30	226,83	256,75	222,47	271,24	266,09	191,76
Conta de Capitais: débito	0,00	0,00	0,00	-0,42	-0,51	-3,05	-3,89
<b>Total, Grupos A e B</b>	<b>-674,26</b>	<b>-470,04</b>	<b>-392,64</b>	<b>-647,10</b>	<b>-545,82</b>	<b>-344,31</b>	<b>-572,77</b>
C. Conta de Operações Financeiras,	390,61	80,96	4,52	-731,71	372,84	27,18	94,63





Outros sectores	301,48	241,38	-18,35	431,96	17,26	-17,05	52,41
<b>Total, Grupos A, B e C</b>	<b>-283,65</b>	<b>-389,09</b>	<b>-388,12</b>	<b>1.378,81</b>	<b>-172,98</b>	<b>-317,13</b>	<b>-478,14</b>
D. Erros e omissões líquidos	-42,62	-27,38	-127,96	-75,87	190,04	134,11	295,98
<b>Total, Grupos A, B, C e D (Saldo global)</b>	<b>-326,27</b>	<b>-416,47</b>	<b>-516,08</b>	<b>1.454,68</b>	<b>17,05</b>	<b>-183,02</b>	<b>-182,16</b>
<b>E. Financiamento</b>	<b>326,27</b>	<b>416,47</b>	<b>516,08</b>	<b>1.454,68</b>	<b>-17,05</b>	<b>183,02</b>	<b>182,22</b>
Activos da reserva	-44,11	-76,87	18,79	-97,67	-181,42	-169,06	129,87
Utilização do crédito e empréstimos do FMI	-2,82	31,14	15,39	4,16	9,08	-11,86	-40,36
Financiamentos excepcionais	373,20	462,20	481,90	1.548,18	155,28	363,94	92,71
Total de operações de reestruturação da dívida externa	373,20	462,20	481,90	1.998,08	166,67	371,82	91,80
Total de Capital de dívida reestruturada	315,20	321,40	351,00	1.522,96	135,53	321,42	66,42
Capital reescalonado	291,70	261,80	278,10	366,81	110,83	38,69	63,41
Capital perdoado	23,50	59,60	72,90	1.156,15	24,70	282,73	3,00
Total de Juros de dívida reestruturada	58,00	140,80	130,90	475,12	31,14	50,40	25,38

Juros reescalonados	49,80	121,40	104,00	234,00	31,14	10,15	23,30
Juros perdoados	8,20	19,40	26,90	241,12	0,00	40,25	2,08

Compilação: BM/DEE (revisão em 2006)

Anexo 2 - Evolução das Exportações dos bens de Moçambique durante o período 1999 a 2005

Descrição	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<b>1. Exportações de bens - FOB</b>	<b>222.90</b>	<b>250.70</b>	<b>703.10</b>	<b>809.80</b>	<b>1,043.90</b>	<b>1,503.90</b>	<b>1,745.30</b>
1.1. Mercadorias Gerais	208.20	240.10	594.30	677.40	859.20	1,315.20	1,526.90
1.1.1. Camarão	65.60	60.00	92.40	114.20	75.80	91.80	70.90
1.1.2. Amêndoa de caju	7.60	10.80	2.10	1.10	1.50	8.00	5.50
1.1.3. Algodão	20.00	19.20	18.30	15.90	32.40	35.80	56.30
1.1.4. Açúcar	5.50	0.00	8.10	18.10	18.80	38.20	37.70
1.1.5. Tabaco	0.00	0.00	9.20	24.50	21.50	40.90	43.20
1.1.6. Lagosta	0.00	0.00	0.30	0.90	0.50	0.80	0.80
1.1.7. Madeira	8.90	9.00	12.60	18.00	20.40	30.00	32.40
1.1.8. Castanha de caju	25.20	13.90	10.90	16.20	7.40	21.20	17.60
1.1.9. Energia eléctrica	75.40	67.00	57.30	107.40	113.30	102.30	141.80
1.1.10. Gás	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	31.30	100.20
1.1.11. Alumínio	0.00	60.20	383.10	361.10	567.60	915.00	1,020.50
1.2. Bunkers	4.40	8.70	23.30	18.20	8.00	8.00	12.40
1.3. Ouro não-monetário	0.00	0.00	0.50	0.20	0.60	1.30	0.50
1.4. Outros (*)	10.30	1.90	85.00	114.00	176.00	179.30	205.40

2. Exportações excluindo grandes projectos	147.50	123.50	262.70	341.30	362.90	455.30	482.70
3. Exportações dos grandes projectos (**)	75.40	127.20	440.40	468.50	680.90	1,048.60	1,262.50

Fonte: BM/ DEE (Dados revistos 02/06/06)

(\*) Refere-se: a citrinos, copra, pneus e câmaras de ar.

(\*\*) Refere-se: electricidade, gás e alumínio.

Anexo 3 - Peso das exportações do país com ou sem os mega-projectos (1994-2003)

Descrição	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Exportações totais	163.8	174.3	226.1	230.1	244.6	283.8	364.0	703.1	809.8	1043.9
	S/Mozal	S/ Mozal	S/ Mozal	S/Mozal	S/Mozal	C/Mozal	C/Mozal	C/Mozal	C/Mozal	C/Mozal
Varição percentual	-	6%	30%	2%	6%	16%	28%	93%	15%	29%

Fonte: Cálculos feitos pelo autor na base de dados do anexo 1

(Valores milhões USD)

## Anexo 4-Evolução das Importações dos bens de Moçambique durante o período 1999 à 2005

Descrição	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<b>1. Importações de bens - FOB</b>	<b>1,199.70</b>	<b>985.00</b>	<b>966.70</b>	<b>1,476.50</b>	<b>1,648.10</b>	<b>1,849.70</b>	<b>2,242.30</b>
1.1. Principais bens de consumo:	218.50	265.40	148.60	274.80	246.00	285.10	328.60
1.1.1. Cereais	-	-	66.40	102.80	115.20	131.40	156.90
1.1.2. Açúcar	-	-	5.80	4.20	8.70	17.80	9.00
1.1.3. Cervejas	-	-	2.10	1.20	1.90	1.30	1.80
1.1.4. Medicamentos	-	-	13.10	20.40	17.00	27.30	24.30
1.1.5. Automóveis	-	-	61.20	146.20	103.20	107.30	136.60
1.2. Principais bens intermediários	160.90	186.40	250.70	205.40	363.80	457.60	546.70
1.2.1. Combustíveis	-	-	112.40	88.70	159.70	194.50	237.10
1.2.2. Gasoleo	-	-	69.80	54.10	103.90	131.60	155.80
1.2.3. Gasolina	-	-	21.40	14.90	23.70	32.80	37.80
1.2.4. Outros	-	-	21.20	19.80	32.20	30.10	43.50
1.2.5. Energia	-	-	25.90	27.90	44.30	68.60	72.50
1.3. Bens de capital	292.30	236.90	129.50	135.30	258.80	277.20	313.20
1.4. Outros (*)	12.60	74.70	340.30	510.20	567.00	731.50	853.60
1.5. Ajustes por cobertura	-	-	0.00	73.80	65.80	0.00	52.90

2. Importações dos grandes projectos	514.40	221.60	210.00	365.70	306.60	292.90	384.30
3. Importações excluindo grandes projectos	685.30	763.40	756.70	1,110.80	1,341.60	1,556.80	1,858.00

**Fonte:** BM/ DEE (Dados revistos 02/06/06)

(\*) Refere-se a peças e sobressalentes

(Valores milhões de USD)

Anexo 5 - Peso da Conta Capital com e sem os mega-projectos (1994-2003)

Descrição	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Conta Capital	216.4	160.0	150.0	132.1	133.9	180.3	226.8	256.7	222.0	270.7
S/Mozal		S/Mozal	S/Mozal	S/Mozal	S/Mozal	C/Mozal	C/Mozal	C/Mozal	C/Mozal	C/Mozal
Varição percentual	-	-26,10%	-6,20%	11,90%	1,4%	34,7%	25,8%	13,2%	13,50%	21,9%

Fontes: Cálculos feitos pelo autor na base de dados do anexo 1

(Valores milhões USD)

Anexo 6 - Comportamento das transferências unilaterais correntes (1999-2005)

Descrição/ Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Transferências unilaterais	275.92	359.82	235.56	1015.7	363.19	427.21	555.02
Varição (%)	-	30,4%	-34,50%	331,2%	-64,20%	17,6%	29,9%

Fonte: Cálculos feitos pelo autor na base de dados do anexo 1



**Anexo 7 – Comportamento do Financiamento externo do país no período 1999 a 2005 (valores em milhões de USD)**

Descrição	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Activos da reserva	-44,11	-76,87	18,79	-97,67	181,42	-169,06	129,87
Utilização do crédito e empréstimos do FMI	-2,82	31,14	15,39	4,16	9,08	-11,86	-40,36
Financiamentos excepcionais	373,20	462,20	481,90	1.548,18	155,28	363,94	92,71
<b>Financiamento</b>	<b>326,27</b>	<b>416,47</b>	<b>516,08</b>	<b>1.454,68</b>	<b>-17,05</b>	<b>183,02</b>	<b>182,22</b>

**Fonte:** Dados do anexo 1 (revisos 02/06/06)

**Anexo 8 - Evolução dos tipos da dívida externa de Moçambique no período 1999 a 2005 (valores em milhões de USD)**

Descrição	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Multilateral	2,141.90	1,348.20	1,331.80	1,706.40	1,953.30	2,321.20	2,534.92
Bilateral	3,569.80	3,654.50	3,608.70	1,899.50	1,985.50	2,105.60	2,113.90

**Fonte:** Dados do BM/DEE (dados revistos 02/06/06)

**Anexo 9 -Evolução do Serviço da Dívida do país (1999-2005)**  
 (Valores em milhões de MT da antiga família)

<b>Anos</b>	<b>Serviço da Dívida interna</b>	<b>Serviço da Dívida externa</b>
1999	6.00	318.00
2000	14.00	104.00
2001	327.90	149.70
2002	952.00	322.00
2003	1,002.00	318.00
2004	910.00	412.00
2005	789.00	459.00

**Fonte:** Consulta ao site do Banco de Moçambique: <http://www.bancomoc.mz> " Estatísticas Monetárias-Serviço da Dívida pública" (consultado no dia 20/07/2007)

Anexo 10 - Peso das importações com ou sem os mega-projectos (1994-2003)

Descrição	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Importações totais	-916.7	-654.3	-704.3	-684.0	-735.5	-1090.0	-1056.6	-966.7	-1476.5	-1648.1
S/Mozal	S/Mozal	S/Mozal	S/Mozal	S/Mozal	S/Mozal	S/Mozal	S/Mozal	S/Mozal	S/Mozal	S/Mozal
Variação percentual		28,60%	7,6%	2,90%	7,5%	48,2%	-3,10%	8,50%	52,7%	11,6%

Fonte: Cálculos feitos pelo autor na base de dados do anexo 1

## Referências Bibliográficas

- Banco de Moçambique, 1992. Lei orgânica 1/92 de 3 de Janeiro. Maputo.
- Banco de Moçambique, 1999-2005. Boletim Anual da Balança de Pagamentos. Maputo.
- Castel – Branco, Carlos Nuno, 2003. *Industria e Industrialização em Moçambique: Análise da Situação Actual e linhas Estratégias de Desenvolvimento*.
- Coughlin, Peter e Langa, Julieta, 1997. *Claro e Directo – Como Escrever um Ensaio*. Moçambique, Maputo.
- Dornbusch, Rudiger e Fischer, Stanley, 1998. *Macroeconomia*. Macgraw-Hill, 7ª edição, Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística, 2006. *Agenda Estatística 2007*, editado em Julho de 2006, Maputo.
- Krier, Jane Aubert, 1982. *Gestão e Recursos Financeiros*. Editorial Presença, Lda, Vila da Feira.
- Krugman, Paul R. e Obstfeld, Maurice, 2001. *Economia Internacional – Teoria e Política*. Makron Books, São Paulo.
- Mankiw, N. Gregory, 1996. *Macroeconomia*. Associação Brasileira de Direitos Reprográficos, Editora Afiliada.
- Medeiros, Eduardo Raposo, 1994. *Economia Internacional*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 4ª edição, Lisboa.
- Moçambique, 2004. *Constituição da República de Moçambique*. Maputo.
- Salvatore, Dominick, 2000. *Economia Internacional*. Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, Rio de Janeiro.
- Serra, António M. de Almeida, 1998. *Políticas Económicas de Desenvolvimento*. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.
- Consultas a Internet:
  - <http://www.ine.gov.mz> “Contas Nacionais - Indicadores Macro-económicos” (consultado no dia 10/07/2007)
  - <http://www.bancomoc.mz> “Estatísticas Monetárias” (Consultado no dia 20/07/2007)

- <http://www.google.com> “Evolução da Posição Externa de Moçambique” (Consultado no dia 15/07/2007);
- <http://databases.sardc.net/books/MHDR2005port/view.php?bname=&id=49> (consultado no dia 27/06/2007)

## GLOSSÁRIO DE TERMOS<sup>7</sup>

**Análise da sustentabilidade da dívida** – é o estudo levado a cabo no ponto de decisão conjuntamente pelos “*staffs*” do WB, do FMI e do país em causa (candidato ao apoio ao abrigo da iniciativa HIPC). Feito em consulta com os credores é ela que serve de base à determinação da elegibilidade do país para aceder aos benefícios daquela iniciativa.

**Assistência Oficial ao Desenvolvimento (OAD)** – são os donativos e empréstimos concedidos em termos financeiros concessionais, com origem em fontes oficiais e com o objectivo de promover o desenvolvimento económico e bem-estar. O valor da cooperação e assistência técnica é incluído nesta categoria.

**Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA)** - é a organização, no quadro do grupo WB, que se dedica ao apoio, em termos concessionais, aos países membros daquele Banco que têm um rendimento per capita baixo.

**Banco Mundial (WB)** – é a organização criada na Conferência de Bretton Woods em 1944, conjuntamente com a sua “*sister in the woods*”, o FMI. Designação colectiva para o conjunto de organizações que fazem parte deste “grupo do WB”, de que se destacam o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA).

**Clube de Londres** – é o grupo informal de credores privados (na sua maioria grandes bancos internacionais) que, em consonância com os países devedores, procura uniformizar as condições de amortização da dívida privada (o “Clube de Paris” é o seu equivalente para a dívida de Estado a Estado).

**Clube de Paris** – é o grupo informal de governos (na sua maioria de países industrializados membros da OCDE) credores dos países em desenvolvimento que se reúne regularmente em Paris desde 1956. O secretariado é assegurado pelo Tesouro Francês. Nas suas reuniões devedores e credores reúnem-se de modo a estabelecerem um

---

<sup>7</sup> António de Almeida Serra “Políticas Económicas de Desenvolvimento” (1998:1-17)

acordo aceitável por todas as partes, sobre a reestruturação da dívida dos países devedores. Esta é vista no quadro do apoio da comunidade internacional aos esforços dos países que, com o apoio do FMI, têm em curso programas de estabilização e de ajustamento estrutural. Os principais países credores não pertencentes ao Clube de Paris são: a China, a Rússia (o principal credor deste grupo) e a Arábia Saudita.

**Completion Point** – é o momento em que um país (candidato à iniciativa HIPC de reestruturação da sua dívida) completa um segundo período de três anos de bons resultados na aplicação de programas de ajustamento estrutural apoiados pelo FMI e pelo WB. Nesse momento poderão ser tomadas medidas adicionais de apoio financeiro ao país de modo a que ele possa alcançar um nível sustentável de dívida externa.

**Condicionalidade** – é o conjunto de regras de regulação da conjuntura económica e de alteração das estruturas de uma economia (principalmente as primeiras) que são estabelecidas nos acordos assinados entre o FMI e WB, por um lado, e um país seu devedor, pelo outro. O objectivo é, aparentemente, o de assegurar que os países alteram as regras do seu funcionamento económico no curto e no longo prazo de modo a assegurar a efectiva amortização dos empréstimos concedidos pelas instituições financeiras internacionais. Na realidade, pretende-se fundamentalmente que a situação de desequilíbrio das contas externas do país seja eliminada e permita o retorno a um crescimento auto sustentado e saudável da economia nacional.

**Fundo Monetário Internacional (FMI)** – organização internacional criada conjuntamente pelo WB na conferência de Bretton Woods e que tem como objecto fundamental de actividade a vigilância sobre o sistema financeiro internacional.

**Fluxos Concessionais** – são os empréstimos internacionais em termos que favorecem mais os emprestadores do que se fossem obtidos através de transacções de mercados normais. O WB (1984) definiu fluxos concessionais como aqueles que têm uma componente de donativo igual ou superior a 25%.



**Iniciativa HIPC I** – é o esquema adoptado conjuntamente pelo FMI e pelo WB para apoiar a resolver o problema da dívida dos países pobres fortemente endividados. Ele visa o estabelecimento de um conjunto de acções pela comunidade financeira internacional, incluindo credores nacionais e multilaterais, para conseguir que estes países atinjam, nomeadamente graças ao reescalonamento e perdão de parte da sua dívida, um nível anual de encargos com esta que seja considerado sustentável.

**Países pobres fortemente endividados (HIPC)** – esta definição tem sofrido algumas alterações ao longo de tempo de acordo com a evolução da situação dos países e da economia internacional. Actualmente estes países são 41, incluindo um grupo de 32 com PNB per capita de USD 695 ou menos e (cumulativamente) um rácio entre o total da dívida externa e as exportações superiores a 220% ou um valor actual da dívida relativamente ao PNB maior do que 80%. Os países nestas condições são elegíveis para a iniciativa HIPC de alívio da dívida desde que tenham assegurado a implementação, como sucesso, de programas de ajustamento estrutural.

**Produto Interno Bruto (PIB)** – é o valor de *output* final total de todos os bens e serviços produzidos (internamente) numa economia. “Interno” descreve a medida como uma que contabiliza a afectação de claims domésticas e estrangeiras. “Bruto” indica que o valor perdido pelo “desgaste” do capital utilizado na produção não é deduzido do valor do *output* final.

**Ponto de decisão (“*decision point*”)** – é o momento em que um país completa um primeiro triénio de aplicação, bem sucedida, de medidas de política económica no quadro de programas de ajustamento apoiados pelo FMI e WB; nesse momento, baseado numa análise de sustentabilidade da dívida externa do país, é determinada a sua elegibilidade para ser candidato ao apoio no âmbito da iniciativa HIPC.

**Rácio do serviço da dívida** – é o total do serviço da dívida de um país num dado ano como percentagem dos rendimentos das exportações.

**Reescalonamento da dívida** – é o processo, normalmente conduzido no âmbito do Clube de Paris, pelo qual credores e devedores chegam a acordo quanto à alteração dos prazos de pagamento da dívida em atraso. Inclui, em geral, uma componente de perdão de dívida.

**Serviço da dívida** – é o somatório dos pagamentos de juros e repagamento de principal (isto é repagamento de capital) sobre a dívida externa.

**Sustentabilidade da dívida** – é a posição de um país em que o valor líquido actual do rácio da dívida (pública ou garantida pelo sector público)/ exportações e o rácio do serviço da dívida (pública ou empréstimos garantidos pelo Estado)/ exportações estão abaixo de um determinado valor específico para um país, mas situado entre os valores 200-250% e 20-25%, respectivamente. Os valores específicos para o país são determinados no “*completion point*” tendo em consideração factores de vulnerabilidade da economia do país, tais como o grau de concentração das exportações em um ou em poucos produtos e a variabilidade das suas receitas de exportação.

**Termos de Nápoles** – as principais características do esquema concessional conhecido por esta designação resultante da reunião de Nápoles (1994) dos países credores do Clube de Paris. São os seguintes: elegibilidade (decidida pelos credores caso a caso com base, principalmente no nível de rendimento de um país e no esforço que o serviço da dívida lhe impõe), grau de concessionalidade (a maior parte dos países recebe uma redução de 67% do valor actual líquido da dívida mas pontualmente poder-se-á ir até aos 80% da redução, escolha de opções (os credores podem escolher entre duas alternativas para alcançar os valores referidos: ou uma redução da dívida com pagamento do restante em 23 anos e com um período de carência de 6 anos ou uma redução do serviço da dívida graças a taxas de juro muito baixas e ao pagamento ao longo de 33 anos).

**Termos de Toronto** – conjunto de condições de reescalonamento da dívida dos países em desenvolvimento com dificuldades para assegurar a amortização da sua dívida. As

suas principais características são: período de graça de oito anos, taxa de juro de mercado e perdão da dívida equivalente a, no máximo, cerca de 33% do valor actual líquido.

**Termo de troca** – é a taxa à qual as exportações são trocadas pelas importações; é dado pelo rácio entre o índice de preços das exportações (ou o valor médio unitário destas) e o índice de preços das importações (ou o seu valor unitário médio). Uma melhoria (degradação) dos termos de troca corresponde a um aumento (diminuição) deste rácio: um dado volume de exportações permite pagar um maior (menor) volume de importações.